UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Fábio Tatei

**Desigualdades no mercado de trabalho da América Latina: a discriminação por sexo
entre os trabalhadores com ensino superior no Brasil e México**

São Paulo

2011

FÁBIO TATEI

**Desigualdades no mercado de trabalho da América Latina: a discriminação por sexo
entre os trabalhadores com ensino superior no Brasil e México**

Dissertação apresentada para a comissão avaliadora do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) para obtenção do título de mestre em Integração da América Latina.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Cacciamali

São Paulo

2011

FÁBIO TATEI

**Desigualdades no mercado de trabalho da América Latina: a discriminação por sexo
entre os trabalhadores com ensino superior no Brasil e México**

Dissertação apresentada para a comissão avaliadora do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) para obtenção do título de mestre em Integração da América Latina.

Comissão examinadora

Profa. Dra. Maria Cristina Cacciamali

Prof. Dr. José Paulo Zeetano Chahad

Prof. Dr. João Batista Pamplona

São Paulo, ____ de _____ de 2011

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi produzido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo e do Núcleo de Estudo e Pesquisa de Política Internacional. Estudos Internacionais e Políticas Comparadas – USP/CNPq

Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha orientadora, professora Maria Cristina Cacciamali, pela paciência, compreensão e dedicação ao trabalho.

Aos professores João Batista Pamplona e Rosana Ribeiro, que contribuíram para o aprimoramento do trabalho.

À professora Maria de Fátima José-Silva, pela atenção e apoio prestado.

À Raquel e William do Prolam, e Adriana e Ermindia da Fipe, pela amizade e prontidão em ajudar e solucionar as diversas etapas deste trabalho.

À minha família, em especial aos meus pais, por todo o suporte oferecido, fornecendo apoio incondicional a minha formação.

Não poderia me esquecer dos amigos, dentro ou fora da universidade, que sempre me apoiaram em todos os momentos, fossem esses de alegria ou tristeza. Em particular, quero mencionar meus amigos e amigas Camila, Denis, Jussara, Marcel, Marcos, Rafael, Rodrigo e Vivian.

Por fim, agradeço ao apoio financeiro do CNPq que tornaram possível a elaboração deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho se constitui em uma contribuição à análise empírica da discriminação salarial contra as mulheres que possuem ao menos o nível superior completo no Brasil e no México. A escolha do tema deve-se ao fato de que a discriminação salarial negativa contra as mulheres no mercado de trabalho diminuiu lentamente nos últimos 20 anos, mas persiste na maioria dos países a despeito do aumento expressivo de mulheres no mercado de trabalho, inclusive ocupadas que possuem formação educacional de nível superior. Os países em tela, por sua vez, foram selecionados por dois motivos. O primeiro em virtude de ambos apresentarem economias dinâmicas e estruturas produtivas diversificadas, mas com elevadas desigualdades sociais e de gênero. O segundo motivo refere-se à disponibilidade de fontes de microdados compatíveis que permitem a construção de amostras comparáveis entre os dois países, em período e categorias de análise similares - da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e *Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo* (ENOE) no ano de 2008. Esse fato possibilitou mensurar os determinantes e impactos da discriminação por sexo no mercado de trabalho. Aplicou-se a técnica de Oaxaca-Blinder para a estimativa do grau de discriminação em cada um dos países, e os principais resultados revelam que, para ambos os países, o componente de discriminação é menor entre os trabalhadores com ensino superior completo do que para o restante da população, apesar dessa categoria apresentar hiatos de renda superiores perante os demais trabalhadores. Ademais, verificou-se que a discriminação entre os trabalhadores ocupados em postos compatíveis com sua qualificação é relativamente inferior, sobretudo no México.

RESUMEN

Este trabajo constituye una contribución al análisis empírico de la discriminación salarial contra las mujeres, en Brasil y México, que tienen al menos un título universitario. La elección del tema se debe al hecho de que la discriminación salarial negativa de las mujeres en el mercado de trabajo poco se redujo en los últimos 20 años, persiste en la mayoría de los países a pesar del aumento significativo de mujeres en el mercado de trabajo, incluido las ocupadas que tienen mayor nivel educativo. Los países estudiados, a su vez, fueron seleccionados por dos razones. La primera, porque ambas economías presentan comportamiento dinámico y estructuras de producción diversificada, pero con grandes desigualdades sociales y de género. La segunda razón se relaciona con la disponibilidad de fuentes compatibles de microdatos que permiten la construcción de muestras comparables entre los dos países en el mismo período y utilizando categorías similares de análisis – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) y Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (ENOE) de 2008. Estos datos hicieron posible medir los factores determinantes y los impactos de la discriminación sexual en el mercado de trabajo. El grado de discriminación fue estimado a través de la técnica Oaxaca-Blinder, y los principales resultados muestran que para ambos países, el componente de discriminación es menor entre los trabajadores con título universitario que para el resto de la población, a pesar de sus diferencias de ingresos más altos en relación a los demás trabajadores. Por otra parte, se constató que la discriminación entre los empleados que trabajan en puestos compatibles con sus calificaciones son relativamente bajas, especialmente en México.

ABSTRACT

This work constitutes a contribution to the empirical analysis of wage discrimination against women who have at least a bachelor's degree in Brazil and Mexico. The choice of this issue was due to the fact that the negative wage discrimination against women in the labor market slowly declined over the past 20 years, but persists in most countries despite the significant increase of women in the labor market, including who have higher educational level. The countries, in turn, were selected for two reasons. The first one is because both exhibit dynamic economies and diversified production structures, but with high social and gender inequalities. The second reason relates to the availability of compatible sources of microdata that allow the construction of samples comparable between the two countries in the same period and similar categories of analysis – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) and Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (ENOE) in 2008. This fact made it possible to measure the determinants and impacts of sex discrimination in employment. The method applied to estimate the degree of discrimination in each country, was based on the Oaxaca-Blinder technique and the main results show that for both countries the discrimination's coefficient is lower among workers with higher educational level, although they have a higher wage differential. Moreover, it was found that discrimination is lower among the workers in occupations compatible with their academic degree, especially in Mexico.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxas de participação, ocupação e desocupação. População adulta por sexo, segundo região geográfica. Brasil. 2008.	18
Gráfico 2 – Taxas de participação, ocupação e desocupação. População adulta por sexo, segundo região geográfica. México. 2008.....	19
Gráfico 3 – Taxas de participação, ocupação e desocupação. População adulta por sexo, segundo coorte etária. Brasil. 2008.	20
Gráfico 4 – Taxas de participação, ocupação e desocupação. População adulta por sexo, segundo coorte etária. México. 2008.....	22
Gráfico 5 – Taxas de participação, ocupação e desocupação. População adulta por sexo, segundo grau de escolaridade. Brasil. 2008.	23
Gráfico 6 – Taxas de participação, ocupação e desocupação. População adulta por sexo, segundo grau de escolaridade. México. 2008.....	24
Gráfico 7 – Taxas de participação, ocupação e desocupação. População com ensino superior por sexo, segundo região geográfica. Brasil. 2008.....	27
Gráfico 8 – Taxas de participação, ocupação e desocupação. População com ensino superior por sexo, segundo região geográfica. México. 2008.	28
Gráfico 9 – Taxas de participação, ocupação e desocupação. População com ensino superior por sexo, segundo coorte etária. Brasil. 2008.....	29
Gráfico 10 – Taxas de participação, ocupação e desocupação. População com ensino superior por sexo, segundo coorte etária. México. 2008.	30
Gráfico 11 – Taxa de retornos à experiência. Brasil. População adulta. 2008.....	47
Gráfico 12 – Taxa de retornos à experiência. México. População adulta. 2008	48
Gráfico 13 – Taxa de retornos à escolaridade. Brasil. População adulta. 2008	49
Gráfico 14 – Taxa de retornos à escolaridade. México. População adulta. 2008.....	49
Gráfico 15 – Taxa de retornos à experiência. Brasil. População com ensino superior. 2008 ..	51
Gráfico 16 – Taxa de retornos à experiência. México. População com ensino superior. 2008	51
Gráfico 17 – Taxa de retornos à experiência. México. População com ensino superior e ocupada como dirigente ou profissional/técnico de nível superior. 2008	54
Gráfico 18 – Taxa de retornos à experiência. México. População com ensino superior e ocupada como dirigente ou profissional/técnico de nível superior. 2008	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos resultados das regressões para as variáveis explicativas binárias. Brasil e México. População com ensino superior. 2008.....	52
Quadro 2 – Síntese dos resultados das regressões para as variáveis explicativas binárias. Brasil e México. População com ensino superior e ocupada como dirigente ou profissional/técnico de nível superior. 2008.....	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Condição de atividade econômica. População adulta. Brasil e México. 2008.	14
Tabela 2 – Taxa de participação, ocupação e desocupação, por sexo. População adulta. Brasil e México. 2008.	15
Tabela 3 – Condição de atividade econômica por sexo. População com ensino superior completo. Brasil e México. 2008.	25
Tabela 4 – Renda e renda/hora média do trabalho, por sexo. População adulta. Brasil. 2008.	31
Tabela 5 – Renda e renda/hora média do trabalho, por sexo. População adulta. México. 2008.	32
Tabela 6 – Decomposição de Oaxaca-Blinder. Brasil e México. População adulta. 2008	56
Tabela 7 – Decomposição de Oaxaca-Blinder. Brasil e México. População com ensino superior. 2008	58
Tabela 8 – Decomposição de Oaxaca-Blinder. Brasil e México. População com ensino superior e ocupada como dirigente ou profissional/técnico de nível superior. 2008	58

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E MÉXICO	14
1.1 Condição de atividade segundo recortes específicos.....	17
1.1.1 Região geográfica	17
1.1.2 Coorte etária	20
1.1.3 Grau de escolaridade	22
1.2. Condição de atividade econômica da população com formação superior completa	25
1.2.1. População com formação superior completa, segundo recortes por região geográfica e coorte etária	26
1.3. Rendimento médio do trabalho dos trabalhadores com ensino superior	30
CAPÍTULO 2 DISCRIMINAÇÃO SALARIAL POR SEXO	33
CAPÍTULO 3 METODOLOGIA E BASE DE DADOS	41
3.1 Definição das amostras do estudo	45
CAPÍTULO 4 APLICAÇÃO DO MODELO EMPÍRICO.....	47
4.1. Resultados das regressões das equações salariais	47
4.2. Resultados do modelo reduzido.....	50
4.2.1. População com ensino superior	50
4.2.2. População com ensino superior e ocupada nas categorias de dirigentes e profissionais e técnicos de nível superior	53
4.3. Decomposição de Oaxaca-Blinder	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICE A – TABELAS AUXILIARES	69
APÊNDICE B – RESULTADOS DAS REGRESSÕES NO BRASIL.....	93
APÊNDICE C – RESULTADOS DAS REGRESSÕES NO MÉXICO	102
APÊNDICE D – ROTINA PARA GERAÇÃO DA AMOSTRA DAS PESSOAS COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO NO MÉXICO	111

INTRODUÇÃO

No início do século XXI, a economia mundial encontra-se fortemente marcada por um processo de integração de mercados, avanços na criação de riquezas e no desenvolvimento tecnológico-produtivo, as quais abrem possibilidades inéditas de progresso para certas populações, muitas das quais se encontravam submetidas anteriormente a grande escassez material.¹

Todavia, essa nova fase do capitalismo mundial, aponta a manutenção ou elevação das desigualdades de renda dentro de cada país, a despeito do acúmulo de disposições internacionais e leis nacionais para erradicar qualquer forma de discriminação.² O peso dessas desigualdades é sentido principalmente por grupos historicamente discriminados.³ No caso específico do Ocidente, ela recai, especialmente, sobre negros e mulheres, sistematicamente relegados à condição de maior desemprego ou subemprego, o que se traduz, por um lado, em ineficiências no mercado de trabalho e, por outro, em profundas tensões sociais.⁴

O resultado da discriminação aparece, em larga medida, na forma de menor remuneração que tanto negros como mulheres brancas ou negras percebem em relação aos homens brancos, especialmente no caso da mulher negra. Como apontam Barros, Ramos e Santos (1992), essa diferença salarial faz com que os grupos sujeitos à discriminação diminuam sua oferta de trabalho abaixo do ótimo social. Ademais, a discriminação pode levar a ineficiências na alocação de recursos, em decorrência da subutilização dos recursos humanos e de capital. Assim, a discriminação de qualquer tipo leva à alocação ineficiente de

¹ Os exemplos recorrentemente citados de países que enfrentam tais transformações são China, Índia e Coréia. Para maiores detalhes, ver, por exemplo, UNCTAD (2004).

² De acordo com o relatório da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) de 2004, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* na América Latina corresponde a aproximadamente 28% do PIB *per capita* dos Estados Unidos da América do Norte entre 1920 e 1973. Em 1998 esse valor havia decrescido para 22%, e as projeções indicam queda contínua.

³ Estamos utilizando do termo discriminação de gênero no mercado de trabalho referente ao pagamento inferior recebido pelo empregado pelo fato de ser mulher, em comparação com o salário percebido pelo homem para executar tarefas semelhantes. Por outro lado, denominamos segregação de gênero à tendência de os empregadores contratarem preferencialmente homens ou mulheres dependendo do tipo de ocupação oferecida. Geralmente as ocupações com maiores salários acabam sendo preenchidas por homens.

⁴ Essa situação encontra-se formalizada pela teoria econômica desde os anos de 1970. De acordo com Becker (1971), por exemplo, “*Quando um empregador discrimina seus empregados, ele age como se incorresse em custos não-pecuniários de produção (...)*”. Arrow (1980) também vê a discriminação como ineficiente, pois o empregador que discrimina não maximiza seus lucros, estabelecendo desequilíbrios no mercado de trabalho.

recursos e fere os direitos humanos, gerando problemas sociais que são reconhecidos e confrontados por meio de disposições e ações dos órgãos internacionais multilaterais.⁵

Por sua vez, a problemática da segregação ocupacional afeta sobretudo as mulheres, que apresentam reduzida participação em ocupações consideradas socialmente como tipicamente masculinas, inclusive inferior à participação de homens em atividades ditas femininas. Como consequência disso, a rápida e constante reestruturação dos postos de trabalho na economia globalizada atinge as mulheres de forma mais nociva do que os homens. Por outro lado, além da injustiça que detém caráter moral, essa situação, a segregação também implica ineficiência na alocação da força de trabalho, na medida em que as mulheres não dispõem das mesmas igualdades de oportunidades que os homens na hora de eleger uma ocupação a exercer.

As distorções geradas pela discriminação se iniciam no mercado de trabalho mas se disseminam em outras dimensões, por exemplo, nos níveis de pobreza e vulnerabilidade.⁶ No mercado de trabalho os empregadores enfrentam custos de trabalho relativamente maiores, produzindo menores níveis de produto e tendo uma atuação ineficiente. A discriminação afeta o desenvolvimento econômico porque a não contratação de determinadas pessoas ou a não aceitação de prestadores de serviços reduzem a produtividade nas atividades de produção. Além disso, a discriminação de gênero contribui para a formação de baixas perspectivas de progresso econômico e de redução da pobreza, enfraquecendo a governança de um país, limitando a efetividade de políticas de desenvolvimento e de qualquer estratégia de redução de pobreza. Ou seja, os efeitos da discriminação incidem sobre toda a família e demais redes sociais às quais pertence o discriminado. Salienta-se, então, que a minimização da discriminação contra a mulher no Brasil e México é um problema que concerne ambas as sociedades e que o seu estudo e proposição de meios para sua superação são passos necessários ao desenvolvimento de uma estrutura econômica mais justa e eficiente.

⁵ São identificadas tanto as velhas formas de discriminação – de gênero, raça/etnia, contra migrantes, religiosa, e origem social –, como as novas formas, devido à idade do indivíduo, orientação sexual, contra portadores de necessidades especiais e contra portadores de HIV/AIDS. Nesse sentido, distintos órgãos e programas das Nações Unidas reforçam essa vertente, por meio, por exemplo, da Declaração dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho de 1998 da Organização Internacional do Trabalho, da Declaração do Milênio das Nações Unidas, aceita por 186 países em 2000, e/ou da Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância das Nações Unidas, em Durbin em 2001. Igualmente, a União Européia adota crescentemente a prioridade de estreitar a distância entre os salários de homens e mulheres, desde 1997, seguindo o princípio de *igualdade de oportunidades*.

⁶ Em 2007, segundo as Nações Unidas, 70% dos pobres no mundo são mulheres, de acordo com a linha de pobreza utilizada pelo Banco Mundial, que considera as pessoas que sobrevivem com menos de 1 dólar por dia.

Posto isto, este trabalho pretende ser uma contribuição à análise empírica da discriminação salarial e da segregação ocupacional contra as mulheres que possuem ao menos o nível superior completo na América Latina, examinando os casos do Brasil e do México por meios dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a *Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo* (ENOE) no ano de 2008.

Por um lado, a escolha se deve ao fato de que ambos os países latino-americanos apresentam economias com estruturas produtivas diversificadas e dinâmicas, mas com elevadas desigualdades sociais e de gênero. Por outro lado, a disponibilidade de duas amostras comparáveis em período e categorias de análise permite mensurar tanto os determinantes e impactos da discriminação e segregação por sexo no mercado de trabalho, como cotejar as propostas de políticas públicas nos dois países – pontos em comum, avaliação de resultados, aplicações das propostas formuladas no Brasil para o México e vice-versa, entre outros. Por fim, a teoria do capital humano indica que a escolaridade é uma variável chave na explicação do nível salarial de um indivíduo, portanto, seria de se supor que, para indivíduos que obtêm níveis de escolaridade mais altos, particularmente o terceiro grau, encontraríamos menores diferenças salariais entre homens e mulheres.

Esta dissertação encontra-se estruturada em quatro capítulos além dessa introdução. O primeiro capítulo descreve as principais características da população economicamente ativa do Brasil e do México, segundo as variáveis de controle mais importantes, como, sexo, região geográfica e idade, com o objetivo de salientar as principais distinções entre os dois países, sobretudo entre as pessoas de nível universitário. O segundo capítulo apresenta interpretações econômicas sobre a discriminação salarial contra a mulher no mercado de trabalho, assim como a evolução da escolaridade feminina até alcançar a formação superior e um conjunto de evidências empíricas que revelam a discriminação negativa no mercado de trabalho dos dois países. O terceiro capítulo apresenta a metodologia das estimativas do grau de discriminação segundo o modelo de Oaxaca-Blinder, focado na importância das variáveis não observáveis e as bases de dados empregadas para os dois países. O último capítulo apresenta a análise dos resultados para os dois países, e a limitação das comparações. Por fim apresentam-se as considerações finais.

CAPÍTULO 1

PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E MÉXICO

Antes de iniciarmos a análise da discriminação por sexo entre os trabalhadores com ensino superior de Brasil e México, este capítulo inicial visa apresentar brevemente aspectos distintivos do mercado de trabalho de ambos os países. Assim, pretende-se compreender as semelhanças e diferenças de suas características, apesar das diferenças no tamanho de suas respectivas populações e sem desconsiderar as diferenças histórico-culturais.

Por exemplo, o Brasil em 2008 possui 126 milhões de pessoas com idade superior a 20 anos, dos quais 84,5 milhões estão ocupados em algum tipo de trabalho; 5,3 milhões estão desempregados; e 36,2 milhões são considerados inativos, isto é, não são considerados como parte integrante da população economicamente ativa. Por sua vez, o México apresenta uma população adulta de 64,3 milhões de pessoas, sendo que os ocupados totalizam 39,6 milhões; os desocupados 1,5 milhões; e os inativos 23,1 milhões de indivíduos (Tabela 1).

Tabela 1 – Condição de atividade econômica. População adulta. Brasil e México. 2008.

País	Sexo	Ocupados	Desocupados	Inativos	Total
Brasil	Homens	48.176.989	2.093.100	9.554.467	59.824.556
	Mulheres	36.344.844	3.225.811	26.633.094	66.203.749
	Total	84.521.833	5.318.911	36.187.561	126.028.305
México	Homens	24.716.177	922.671	4.237.824	29.876.672
	Mulheres	14.900.024	605.016	18.920.331	34.425.371
	Total	39.616.201	1.527.687	23.158.155	64.302.043

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD e ENOE 2008.

Apesar das diferenças no total de pessoas, a estrutura da população por sexo é semelhantes entre os países. No Brasil 47,5% da PIA é formada por homens, enquanto no México o percentual masculino de sua PIA é de 46,5%.

A despeito das semelhanças da estrutura populacional por sexo, as diferenças relativas entre os países se ressaltam na participação da população no mercado de trabalho, como pode ser visto pelas taxas de participação (Tabela 2). No Brasil, a taxa de participação é de 71,3%, enquanto no México a mesma taxa é de 64%. Ou seja, o Brasil apresenta uma maior inserção da população adulta no mercado de trabalho, tanto em números brutos como em termos relativos. Tais distinções eram esperadas pelo elevado número de pessoas inativas no México.

Uma vez que a população total brasileira é quase o dobro da população mexicana, mas a população inativa é apenas 57% superior.

Tabela 2 – Taxa de participação, ocupação e desocupação, por sexo. População adulta. Brasil e México. 2008.

País	Sexo	Taxa de Participação	Taxa de Ocupação	Taxa de Desocupação
Brasil	Homens	84,03	80,53	4,16
	Mulheres	59,77	54,90	8,15
	Total	71,29	67,07	5,92
México	Homens	85,82	82,73	3,60
	Mulheres	45,04	43,28	3,90
	Total	63,99	61,61	3,71

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD e ENOE 2008.

Ao observarmos o recorte da PEA por sexo torna-se claro as razões das distinções entre as taxas de participação dos dois países.⁷ Entre os homens a taxa de participação apresenta patamares similares – 84% no Brasil e 85,8% no México – enquanto entre as mulheres as taxas de participação são, respectivamente, 59,8% e 45% (Tabela 2). Assim, evidencia-se que, apesar de ambos os países apresentarem uma estrutura populacional por sexo semelhante, a forma como as mulheres se inserem no mercado de trabalho é distinta.

Mais notável é que não há diferenças significativas na estrutura demográfica por sexo e idade entre os países supracitados, ou seja, não se pode apontar que a menor inserção de mulheres mexicanas no mercado de trabalho se deva a uma população muito jovem e/ou muito idosa. Desse modo, pode-se inferir que a menor inserção das mexicanas nos postos de trabalho seja por dois motivos: i) em um contexto de duas sociedades patriarcais, o México constituir-se-ia em uma economia mais pujante, no qual a necessidade das mulheres buscarem emprego seria menor; ou a ii) aspectos sociais, de modo que o México apresenta uma sociedade mais patriarcal, no qual as mulheres são relegadas as funções de simples mantenedoras do lar, enquanto os homens têm a obrigação de trabalhar e prover o sustento da família.

Essa constatação se torna mais evidente ao observarmos a hierarquia por sexo das pessoas em suas respectivas famílias, sobretudo entre aqueles considerados responsáveis ou chefe de família – os principais provedores do sustento de suas famílias – e os cônjuges. No Brasil, a mulher é considerada a principal responsável pelo lar em 24,6% das famílias,

⁷ A taxa de participação é razão da população economicamente ativa (PEA) – parcela da população que engloba os ocupados e desocupados – sobre a população em idade ativa (PIA). Para o presente estudo, consideramos a PIA a população com 20 anos ou mais de idade.

enquanto em 80,1% das famílias lhe cabe o papel de cônjuge. Por sua vez, as mulheres mexicanas são ainda menos representativas, sendo que em apenas 16,1% das famílias elas são consideradas como as principais responsáveis.

Esses dados indicam que o México apresenta uma sociedade mais patriarcal que o Brasil, de modo que os homens se sentem na obrigação de ser o principal, senão único, provedor do sustento da família. Assim, devido aos aspectos culturais e sociais, às mulheres mexicanas resta a função de mantenedora do lar, o que se reflete na redução de sua participação no mercado de trabalho, principalmente se comparado com as mulheres brasileiras.

A distribuição da população economicamente ativa por sexo, como vista pelas taxas de participação, se reflete em outro importante indicador de mercado de trabalho: a taxa de ocupação.⁸ Assim como a taxa de participação, observa-se a predominância relativa da população masculina em relação à inserção efetiva em postos de trabalho.

No Brasil a taxa de ocupação global é de 67,1%, sendo que para os homens a taxa é de 80,5%, enquanto as mulheres apresentam uma taxa de ocupação de 54,9%. Por sua vez, o México apresenta uma taxa de ocupação geral de 61,6%, enquanto no recorte por sexo observamos as taxas de 82,7 e 43,3%, respectivamente, homens e mulheres. Como esperado, as diferenças de magnitude do indicador segundo o sexo do indivíduo seguem os padrões observados para as taxas de participação. Todavia, são dados que reforçam a caracterização do quadro de desvantagens das mulheres perante os homens no mercado de trabalho.

Assim, novamente se observa que o México apresenta uma ocupação relativa masculina maior, mas em nível próximo em relação à taxa brasileira; enquanto para as mulheres a taxa de ocupação mexicana é menor e significativamente distinta perante as brasileiras. Desse modo, a menor inserção feminina no mercado de trabalho, especialmente para as mexicanas, se reflete em uma menor obtenção efetiva de postos de trabalho, relativamente aos homens. No tocante as distinções das taxas de ocupação das mulheres no Brasil e México, dentro da vasta gama de distinções histórico-culturais existentes entre os dois países, simplificamos a análise com a suposição de que as diferenças são dadas por uma sociedade ser mais patriarcal que a outra.

Entretanto, para aquelas que superam tais barreiras sociais, o acesso ao mercado de trabalho é menos atroz. No México, as mulheres se defrontam com taxa de desocupação de 3,9% em 2008, um nível próximo ao observado para os homens, 3,6% – em valores brutos

⁸ A taxa de ocupação é dada pela razão entre a população ocupada e a população em idade ativa.

isso representa um total de 605 mil mulheres desocupadas e 922,6 mil homens sem ocupação.⁹ Ou seja, em um primeiro momento, o sexo da pessoa aparentemente não influencia na probabilidade de acesso aos postos de trabalhos.

Por sua vez, o quadro é distinto no caso brasileiro. Em 2008 a taxa de desocupação feminina é quase o dobro da taxa observada para os homens, respectivamente, 8,2 e 4,2% – sendo que 2 milhões de desocupados são homens e 3,2 milhões são mulheres. Assim, em relação ao México se destacam dois pontos: i) o Brasil apresenta tanto o maior número bruto de pessoas desempregadas, como as maiores taxas de desocupação; e ii) as probabilidades de não estar ocupada, segundo o sexo, são claramente mais desvantajosas para as mulheres brasileiras. Ou seja, se culturalmente as mulheres mexicanas pouco se inserem no mercado de trabalho, quando o fazem elas encontram as mesmas dificuldades vivenciadas pelos homens. No Brasil as mulheres podem ser consideradas mais independentes dos homens, todavia, o mercado de trabalho ainda apresenta restrições para sua inserção em postos de trabalho.

A seguir, de modo a apresentar um quadro mais amplo da caracterização do mercado de trabalho do Brasil e México, as próximas seções contemplam a descrição da condição de atividade, por sexo, nos dois países segundo os recortes de região geográfica, coorte etária e grau de escolaridade.

1.1 Condição de atividade segundo recortes específicos

1.1.1 Região geográfica

O Gráfico 1 apresenta a condição de atividade do Brasil segundo as regiões geográficas. Com relação às taxas de participação e ocupação da população total, notamos que as maiores taxas para os homens se referem as regiões Norte e Centro-Oeste, enquanto as menores taxas de participação e ocupação masculina ocorrem na região Sudeste. Para as mulheres o quadro é distinto. As maiores taxas de participação e ocupação se observam nas regiões Sul e Centro-Oeste, enquanto as menores taxas encontram-se na região Sudeste.

⁹ A taxa de desocupação é dada pela razão entre a população desocupada e a população economicamente ativa.

Gráfico 1 – Taxas de participação, ocupação e desocupação. População adulta por sexo, segundo região geográfica. Brasil. 2008.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2008.

É interessante notar que, apesar dessas distinções, a distribuição relativa das taxas de desocupação por região geográfica não se altera entre homens e mulheres. Para este indicador, observa-se para ambos os sexos que a taxa de desocupação é menor na Região Sul, seguido pelo Norte e Centro-Oeste, enquanto a região Nordeste apresenta o maior índice de desocupação.

Tais dados demonstram as dificuldades de obtenção de emprego na região Nordeste. Seja pela menor probabilidade de ocupação, ou mesmo pelos maiores níveis de desalento, que podem ser subentendidos por meio das baixas taxas de participação, perante as demais regiões geográficas do Brasil.

O recorte geográfico para o México aponta que, entre os homens, os melhores indicadores relativos de mercado de trabalho se observam nas regiões Sul do país (Sudeste e Sudoeste), com as maiores taxa de participação e ocupação, além das menores taxas de desocupação. No outro extremo, as menores taxas de participação e ocupação masculina, assim como as maiores taxas de desocupação, se observam nas regiões Noroeste e Centrais

(Centro-Norte e Centro-Sul). Tais dados indicam que a influência da indústria maquiladora próxima a fronteira com os Estados Unidos (EUA), perdeu força para dinamizar o mercado de trabalho da região.¹⁰ (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Taxas de participação, ocupação e desocupação. População adulta por sexo, segundo região geográfica. México. 2008.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Por sua vez, as mulheres apresentam um quadro distinto em relação ao observado para os homens. As maiores taxas de participação e ocupação estão nas regiões Oeste, Nordeste e Sudeste, enquanto as menores se encontram nas regiões Leste e Sudoeste. As diferenças continuam para as taxas de desocupação, sendo que os menores níveis de desemprego se observam nas regiões Sudoeste, Oeste e Leste, enquanto as maiores taxas de desocupação estão no Nordeste e Centro-Sul. Enfim, ao contrário dos homens, as mulheres mexicanas não apresentam um perfil relativo homogêneo da condição de atividade econômica

¹⁰ A indústria maquiladora ou *maquila*, é formada por empresas que importam peças e componentes de matrizes estrangeiras para que os produtos sejam manufaturados internamente por trabalhadores locais. Existentes no México desde 1964, as maquiladoras ganharam forte impulso com a eliminação das alíquotas de importação com a assinatura do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) em 1994.

nas diferentes regiões geográficas do país, o que dificulta na observação de um padrão de comportamento.

1.1.2 Coorte etária

A seguir observamos a situação de atividade da população brasileira em 2008 segundo as coortes etárias. O Gráfico 3 indica que a coorte de 30 a 39 representa a parcela da população com a maior inserção relativa no mercado de trabalho, apresentando tanto as maiores taxas de participação com de ocupação, seguido pela coorte de 25 a 29 anos de idade. Por outro lado, como esperado, as menores participações no mercado de trabalho se observam nas parcelas da população mais nova e velha.

Gráfico 3 – Taxas de participação, ocupação e desocupação. População adulta por sexo, segundo coorte etária. Brasil. 2008.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2008.

Por sua vez, a taxa de desocupação apresenta uma distribuição por coorte etária distinta. Tanto para homens como para mulheres, a probabilidade de não estar ocupado diminui à medida que se eleva a idade da população. Assim, as maiores taxas de desocupação

se encontram na coorte de 15 a 19 anos – que chegam a ser quase três vezes superiores às taxas observadas para a população adulta –, enquanto as menores taxas se observam entre as pessoas com 65 anos ou mais.

Destaca-se que, excetuando-se as magnitudes dos indicadores, não há diferenças na distribuição relativa dos indicadores por coorte etária entre homens e mulheres no Brasil. Como esperado, os homens apresentam maiores taxas de participação e ocupação perante as mulheres, assim como menores taxas de desocupação. Contudo, o diferencial entre os indicadores tende a diminuir à medida que população envelhece. Ou seja, as mulheres jovens enfrentam maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, *vis-à-vis* as mulheres mais velhas. Tais informações sugerem que a experiência profissional prévia é fundamental em reduzir as barreiras de obtenção de emprego para as mulheres brasileiras.

No caso mexicano, observa-se um padrão semelhante ao do Brasil, mas mais favorável a população mais velha. Por exemplo, a coorte etária de 30 a 39 anos apresenta as maiores taxas de participação e ocupação apenas para os homens, enquanto para as mulheres a maior inserção no mercado de trabalho é na coorte etária seguinte – 40 a 49 anos de idade. Ademais, os jovens adultos – 25 a 29 anos – apresentam taxas de participação e ocupação inferiores em relação às outras coortes supracitadas. Outro ponto a se destacar é que na passagem da coorte etária de 40 a 49 anos para a corte de 50 e 59 anos, essas as taxas sofrem uma queda mais pronunciada entre as mulheres do que entre os homens. Ou seja, verifica-se que as mulheres entram mais tardiamente no mercado de trabalho, mas também se retiram mais em idades mais avançadas, proporcionalmente aos homens. (Gráfico 4).

No tocante a taxa de desocupação, o perfil é semelhante ao visto no caso brasileiro, de modo que os níveis da taxas de desocupação se elevam à medida que se elevam a idade da população.

Gráfico 4 – Taxas de participação, ocupação e desocupação. População adulta por sexo, segundo coorte etária. México. 2008.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

1.1.3 Grau de escolaridade

A maior parcela da população no Brasil possui grau de escolaridade equivalente ao fundamental incompleto – 34,5% – enquanto 24,3% dos brasileiros possuem ensino médio completo. Por sua vez, 13,8% da população apresentam nível de escolaridade superior, sendo que 9,1% concluíram sua formação. No recorte por sexo se verifica uma maior proporção de mulheres com grau de escolaridade superior *vis-à-vis* os homens, respectivamente 14,8 e 12,6%.

Em comparação ao Brasil, a população mexicana é mais escolarizada. A maior parcela de sua população possui grau de escolaridade médio completo – 37,3%; além de possuir uma maior proporção de pessoas com nível superior completo – 15,9%; e um menor percentual de indivíduos analfabetos ou que nunca cursaram sequer o ensino fundamental – 8,8% no México e 12,3% no Brasil.

A despeito dessas diferenças, ambos os países apresentam padrões semelhantes nos indicadores de mercado de trabalho, mas não totalmente iguais. No Brasil, a população com ensino superior completo apresenta as maiores taxas de participação e ocupação, assim como as menores taxas de desocupação. (Gráfico 5). Por outro lado, a população analfabeta apresenta as menores taxas de participação e ocupação, enquanto as pessoas com ensino médio incompleto se defrontam com as piores taxas de desocupação. No recorte por sexo, novamente se observa que as mulheres possuem níveis de indicadores piores perante os homens, mas o hiato entre eles se reduz à medida que elas obtêm maior escolaridade.

Gráfico 5 – Taxas de participação, ocupação e desocupação. População adulta por sexo, segundo grau de escolaridade. Brasil. 2008.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2008.

No México, as maiores taxas de participação e ocupação se observam para as pessoas com nível de escolaridade superior completo, entretanto, elas também apresentam as maiores taxas de desocupação. E tal comportamento se repete para os demais graus de escolaridade, em escala crescente. Assim, os indivíduos analfabetos apresentam as menores taxas de participação, ocupação e desocupação perante os demais. (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Taxas de participação, ocupação e desocupação. População adulta por sexo, segundo grau de escolaridade. México. 2008.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Tais resultados demonstram que a inserção profissional dos trabalhadores com nível superior no México é mais difícil, independentemente do sexo. As dificuldades de obtenção de emprego se tornam piores à medida que as pessoas se tornam mais escolarizadas no México, enquanto no Brasil a probabilidade de se empregar se eleva.

Dada essa constatação, qual seria o motivo para os mexicanos estudarem mais se a probabilidade de se obter um trabalho é menor? Uma explicação pode estar relacionada a uma relativa saturação do mercado de trabalho qualificado no México, aliada às possibilidades de emigração para os Estados Unidos. Desse modo, o crescimento de trabalhadores com formação superior não é acompanhado internamente no mesmo ritmo pela geração de postos de trabalho qualificados. No Brasil se observa fenômeno inverso, no qual a oferta de mão-de-obra qualificada não acompanha a crescente demanda por estes trabalhadores, especialmente sob uma conjuntura econômica favorável.

No entanto, outra explicação mais simples é dada pelo nível de renda auferido, como será apresentado posteriormente. A seguir, apresentamos um aprofundamento das condições

de atividade econômica da população com ensino superior completo, doravante, ensino superior.

1.2. Condição de atividade econômica da população com formação superior completa

A presente seção visa apresentar sucintamente a inserção no mercado de trabalho da população com nível de escolaridade superior completo. A população com ensino superior no Brasil apresenta uma ligeira distinção perante os dados da população total. A taxa de participação, tanto dos homens como das mulheres com formação superior, segue o padrão de distribuição observado para o total de homens, apenas em patamar superior de magnitude. Ou seja, maiores taxas de participação e ocupação, e menores taxas de desocupação (Tabela 3).

Tabela 3 – Condição de atividade econômica por sexo. População com ensino superior completo. Brasil e México. 2008.

País	Sexo	Taxa de Participação	Taxa de Ocupação	Taxa de Desocupação
Brasil	Homens	89,60	87,21	2,67
	Mulheres	82,30	78,69	4,39
	Total	85,39	82,30	3,62
México	Homens	84,91	80,96	4,65
	Mulheres	68,03	64,49	5,21
	Total	77,00	73,24	4,88

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD e ENOE 2008.

Todavia, no Brasil se observa como a maior escolarização funciona para nivelar o acesso ao mercado de trabalho em favor das mulheres. Diferentemente do observado para o total da população, entre a parcela com ensino superior observamos que o nível das taxas de participação e ocupação entre homens e mulheres é similar, enquanto a taxa de desemprego apresenta um diferencial desfavorável em menor grau – cerca de 1,6 maior para as mulheres. De modo geral, os homens com ensino superior apresentam perfil semelhante à média no tocante a inserção no mercado de trabalho, enquanto as mulheres universitárias se inserem mais acentuadamente que seus pares com menor escolaridade.

Por sua vez, o México apresenta um perfil distinto ao do Brasil. Na seção anterior vimos que as maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho da população

mexicana com ensino superior. Entre os homens nota-se que a população com ensino superior apresenta menores taxas de participação e ocupação perante a população total, assim como maiores taxas de desocupação. As mulheres com ensino superior apresentam uma melhor probabilidade de inserção – maiores taxas de participação e ocupação – mas também se defrontam com maiores probabilidades de desemprego.

Ademais, assim como no Brasil, verificamos que a maior escolarização da população mexicana também impulsiona as mulheres a se inserirem no mercado de trabalho, mas em menor grau perante as brasileiras. Assim, o diferencial relativo da taxa de participação e ocupação entre homens e mulheres é menor entre os mais escolarizados, contudo, o diferencial se eleva para a taxa de desocupação. Apesar das mulheres com formação superior tenderem a participar mais da força de trabalho, a oferta de postos de trabalho qualificados não se eleva na mesma proporção.

1.2.1. População com formação superior completa, segundo recortes por região geográfica e coorte etária

No tocante as regiões geográficas, a população com ensino superior no Brasil apresenta uma ligeira distinção perante aos dados da população total. (Gráfico 7). A taxa de participação, tanto dos homens como das mulheres masculina com formação superior, segue o padrão de distribuição observado para o total de homens, apenas em patamar superior de magnitude. Ou seja, maior participação no mercado de trabalho nas regiões Norte e Centro-Oeste, e menores taxas nas regiões Nordeste e Sudeste.

Por sua vez, a taxa de ocupação ressalta as distinções por sexo segundo a localidade geográfica. As maiores probabilidades de ocupação para homens estão na região Norte, seguido pelo Centro-Oeste e Sul, enquanto a região Nordeste possui a menor taxa de ocupação masculina. Para as mulheres, a região Norte permanece apresentando a maior taxa de ocupação, entretanto, a menor probabilidade ocupação se observa na região Sudeste, seguido pelo Centro-Oeste.

Tais diferenças se ressaltam ao observamos as taxas de desocupação. As maiores probabilidades de não obter trabalho se observam entre os homens da região Norte e Nordeste, enquanto as mulheres enfrentam maiores dificuldades nas regiões Centro-Oeste e

Sudeste. Por outro lado, para ambos os sexos a região Sul possui as menores taxas de desocupação.

Tais dados demonstram que as brasileiras com formação superior enfrentam entraves ainda maiores na região Centro-Oeste. Elevada taxa de participação, com baixa taxa de ocupação e alta taxa de desocupação.

Gráfico 7 – Taxas de participação, ocupação e desocupação. População com ensino superior por sexo, segundo região geográfica. Brasil. 2008.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2008.

No caso do México, observamos que a região Nordeste passa a apresentar as maiores taxas de participação e ocupação masculina, seguida pelo Sudeste e pelo Noroeste. (Gráfico 8). De modo geral, o que se nota é que entre a população mais escolarizada as melhores condições de inserção no mercado de trabalho se encontram nas regiões mais ricas do país, seja pela proximidade com a fronteira dos EUA e a forte presença da indústria maquiladora – região Norte; seja pelo fortalecimento da exploração sustentável e exportação dos recursos naturais – região Sudeste. Por outro lado, isso não representa uma menor taxa de desocupação na região. Tanto que a região Noroeste possui a segunda maior taxa de desocupação masculina no país em 2008, atrás apenas da região Centro-Sul.

Gráfico 8 – Taxas de participação, ocupação e desocupação. População com ensino superior por sexo, segundo região geográfica. México. 2008.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Com relação às mulheres mexicanas com ensino superior, verifica-se que as maiores taxas de participação e ocupação são na região Sudoeste, com destaque para as regiões Centro-Norte e Oeste; enquanto a região Sudeste apresenta a menor taxa de desocupação feminina. Logo, observa-se que distribuição relativa dos indicadores é distinta entre homens e mulheres no México.

No tocante o recorte da população com ensino superior segundo a coorte etária se nota algumas diferenças sutis. No Brasil, a coorte etária de 0 a 39 anos permanece com as maiores taxas de participação e ocupação perante os demais grupos, com exceção da taxa de ocupação masculina, que é superior na coorte de 40 a 49 anos. (Gráfico 9). Por sua vez, a taxa de desocupação feminina mantém o padrão crescente segundo a idade do indivíduo, enquanto para os homens se observa uma distinção nas coortes etárias intermediárias. Apesar dos homens mais jovens – até 29 anos de idade – ainda apresentarem as maiores taxas de

desemprego, se verifica o menor nível de desocupação entre a coorte de 40 a 49 anos, 1,47%; seguido pela coorte de 50 a 59 anos, 1,94%.

Gráfico 9 – Taxas de participação, ocupação e desocupação. População com ensino superior por sexo, segundo coorte etária. Brasil. 2008.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2008.

Similarmente, a inserção no mercado de trabalho da população masculina com ensino superior no México não destoa significativamente do total da população – exceção, claro, da coorte etária mais jovem. No entanto, as mulheres apresentam maiores taxas de participação, ocupação e desocupação, na maioria das coortes etárias – única exceção é a desocupação para as mulheres de 40 a 49 anos de idade, que, inclusive, é inferior à taxa observada para os homens. (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Taxas de participação, ocupação e desocupação. População com ensino superior por sexo, segundo coorte etária. México. 2008.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Posto algumas das características de inserção no mercado de trabalho de homens e mulheres com ensino superior nos dois países, a próxima seção apresentará a maneira mais simples, mas eficaz, de se observar a desigualdade por sexo no mercado de trabalho: o rendimento recebido no trabalho principal.

1.3. Rendimento médio do trabalho dos trabalhadores com ensino superior

De acordo com a Tabela 5, notamos que os trabalhadores mexicanos com nível de escolaridade superior completo recebem, em média, uma renda 1,8 vezes superior às pessoas com ensino médio completo; e 6,5 vezes acima daquelas analfabetas. No Brasil o diferencial é ainda maior, de modo que a população com ensino superior auferir uma renda 2,8 vezes maior daquela obtida pela população com ensino médio completo; e 8,2 vezes maior em relação à população não escolarizada. (Tabela 4).

Assim, a perspectiva de maiores ganhos futuros é um grande incentivo para que a população de ambos os países almeje obter um grau de escolaridade superior. Desse modo, tal constatação serve como uma explicação básica para se compreender as razões dos trabalhadores mexicanos concluírem o ciclo superior de educação, apesar das maiores dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, como visto na seção 1.1.3.

Tabela 4 – Renda e renda/hora média do trabalho, por sexo. População adulta. Brasil. 2008.

	Homem		Mulher		Total	
	Renda	Renda/hora	Renda	Renda/hora	Renda	Renda/hora
Sem instrução	405,95	2,39	194,28	1,54	331,48	2,09
Fundamental incompleto	705,49	3,90	327,46	2,39	560,34	3,32
Fundamental completo	948,12	5,17	496,46	3,32	768,93	4,44
Médio incompleto	871,64	4,72	489,33	3,21	715,04	4,10
Médio completo	1.222,68	6,83	696,97	4,61	978,25	5,80
Superior incompleto	1.716,82	10,34	986,86	6,78	1.346,22	8,53
Superior completo	3.596,83	22,45	2.025,02	13,96	2.726,79	17,75
Total	1.134,17	6,55	728,56	5,00	959,39	5,88

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2008.

Ao observarmos o recorte por sexo da renda média do trabalho notamos, como esperado, que o rendimento dos trabalhadores com ensino superior é maior *vis-à-vis* a média da população. Contudo, o diferencial por sexo se altera distintamente entre os dois países.

No Brasil os homens recebem, em média, 55,7% a mais que as mulheres, enquanto entre os trabalhadores com ensino superior o diferencial aumenta para 77,6%. Assim, se nota que, apesar de auferirem maiores níveis de rendimento do trabalho, além de melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho, as mulheres apresentam posição relativa ainda mais desvantajosa perante os homens em termos de renda. Ou seja, se visto pelo posto de vista único da mulher, a maior escolarização só apresenta pontos positivos para sua carreira profissional, contudo, ao observamos o todo, torna-se claro as ineficiências do mercado de trabalho, que não remunera essas trabalhadoras adequadamente, ao menos em comparação aos trabalhadores homens com qualificação semelhante.

Neste aspecto, o México apresenta um quadro distinto ao Brasil. Apesar da menor inserção relativa das mulheres mexicanas com formação superior, a escolarização funciona para reduzir a desigualdade por sexo. Entre o total da população, os homens auferem renda do trabalho 166,7% superior perante as mulheres, enquanto para a população com ensino superior o diferencial se reduz para 82,0%. Apesar do diferencial de renda por sexo no

México apresentar níveis superiores aos diferenciais do Brasil, observamos que, ao menos neste aspecto, a discriminação salarial das mulheres age distintamente nos dois países.

Tabela 5 – Renda e renda/hora média do trabalho, por sexo. População adulta. México. 2008.

	Homem		Mulher		Total	
	Renda	Renda/hora	Renda	Renda/hora	Renda	Renda/hora
Analfabeto ou pré-escolar	1.277,86	11,60	336,77	12,48	699,88	11,93
Primário incompleto	1.962,02	15,32	557,34	13,95	1.197,71	14,87
Primário completo	2.832,06	18,93	808,02	16,60	1.715,96	18,11
Secundário ou preparatório para bacharelado	3.667,95	22,44	1.453,54	20,61	2.490,28	21,74
Superior	5.771,20	42,13	3.169,51	36,66	4.552,85	39,94
Total	3.435,13	23,41	1.288,16	21,63	2.285,78	22,74

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Apesar dos diferenciais observados da renda do trabalho segundo o sexo, ressaltamos que as diferenças podem estar mascaradas por outras características, tais como diferentes níveis de qualificação do trabalho, ou simplesmente pela carga de trabalho distinta. Sob a óptica do rendimento/hora, verifica-se que o grau de desigualdade por sexo segundo, o rendimento do trabalho é menor do que para o rendimento absoluto, sobretudo no México, no qual o total da população masculina aufer, em média, 8% a mais que a população feminina. A população com ensino superior mostra pequeno aumento desse diferencial, mas em níveis muito inferiores ao observado para o total da população, de modo que os homens mais escolarizados recebem, em média, 14,9% mais que as mulheres com ensino superior.

No Brasil igualmente se verifica menor nível de diferencial por sexo para o rendimento-hora em relação ao rendimento absoluto, entretanto, de menor magnitude comparada com o caso mexicano. A população masculina total aufer rendimento-hora, em média, 30,9% superior ao das mulheres, enquanto para a população com ensino superior, o diferencial é de 60,9% favorável aos homens.

Tanto a análise do rendimento bruto do trabalho como do rendimento-hora ressaltam que a população com ensino superior aufer salários claramente superiores ao restante da população menos escolarizada; e que o hiato salarial por sexo aumenta à medida que se eleva o grau de escolaridade.

CAPÍTULO 2

DISCRIMINAÇÃO SALARIAL POR SEXO

A discriminação salarial e segregação ocupacional contra as mulheres é um fenômeno que incide em praticamente todos os países do mundo. Com a América Latina sob enfoque, observa-se que as mulheres da região apresentaram avanços significativos em sua inserção social nas últimas décadas, como elevação da escolaridade e, sobretudo, maior participação nos níveis superiores do sistema educacional, e na força de trabalho.¹¹ Todavia, o mercado de trabalho ainda é uma dimensão central na qual as desigualdades entre homens e mulheres são reflexos da discriminação salarial e segregação feminina nas ocupações. Kliksberg (2002) mostra que Guatemala, México e Bolívia são os países latino-americanos que apresentam o maior hiato de renda entre homens e mulheres – com o Brasil apresentando o sexto maior diferencial salarial entre os países analisados.

No entanto, discutir diferenças salariais a partir de uma perspectiva de discriminação de gênero implica necessariamente um posicionamento a respeito de uma questão mais profunda, que se refere ao papel que o desenvolvimento econômico nas bases de um sistema de mercado desempenha sobre formações culturais pré-estabelecidas, como o preconceito e a posição da mulher na sociedade.

Na sociedade contemporânea, é de se destacar que a discriminação por sexo e raça é interpretada, sob o prisma econômico, como uma prática social irracional e incompatível com um mercado em bom funcionamento. Rocha e Pero (2007), por exemplo, caracterizam a discriminação no mercado de trabalho da seguinte forma: “Sob o ponto de vista do mercado de trabalho, um indivíduo é discriminado se o contratante levar em consideração na escolha do emprego e do salário não apenas aspectos objetivos, como sua produtividade, mas também aspectos subjetivos, como raça ou sexo” (p.127). Tendo por fundamentos critérios de eficiência e produtividade, uma economia capitalista não admite a existência de discriminação, ao menos em seu estrito domínio de objetividade. Daí se compreende que a primeira explicação da discriminação nos termos da teoria econômica se valha justamente das preferências subjetivas do agente (contratante, governo, empregado, consumidor) para

¹¹ Estudo realizado pela CEPAL em 2001 mostra que, se não fosse a crescente participação laboral feminina, os índices de pobreza seriam mais elevados do que os observados.

entender as diferenças de tratamento entre indivíduos que são, ao menos no sentido econômico, perfeitamente substituíveis. A crítica que surge a este postulado vem apenas confirmar o que se espera de uma economia de mercado face a comportamentos anacrônicos. Stiglitz vê, na permanência de tais comportamentos, antes alguma falha dos mecanismos de mercado postos em funcionamento – segmentação de mercados de trabalho, informação assimétrica e imperfeita – do que uma suposta racionalidade a justificá-los.

Outra abordagem econômica para o fenômeno da discriminação foi elaborada por Arrow (1972 e 1973) e Phelps (1972). Partindo da idéia de informação imperfeita, os autores imaginam a discriminação como uma maneira racional de o contratante lidar com o problema. Pensando-se demograficamente, a influência de um passado pleno de desigualdades traduz-se, no presente, em uma distribuição desigual de diversos atributos que se convencionou guardar sob o termo capital humano. Se a desigualdade dessa distribuição apresenta um viés, então o contratante pode utilizá-la a seu favor. Afinal, o capital humano é algo de difícil mensuração em um indivíduo particular; se, no entanto, uma parcela da população é sabidamente menos educada do que outra, o contratante pode tomar uma característica desta população, sexo, por exemplo, e utilizá-la como uma variável proxy daquela de que se dispõe de menos ou piores informações, como educação.

No Brasil a discriminação salarial negativa para as mulheres exacerbou-se na medida em que o ensino superior ampliou sua importância no mercado de trabalho. Entre 1989 e 2000, por exemplo, a população economicamente ativa cresce a taxas bastante baixas, uma média de 0,32% ao ano. Entretanto, ocorrem diversas mudanças relativas à estrutura do mercado de trabalho quando se trata de educação: a parcela de trabalhadores com apenas o primeiro grau completo diminui de 51% para 34%, e aqueles possuidores de nível superior aumentam de 7% para 10%, sendo que em todos os níveis intermediários a tendência é de maiores taxas de escolaridade para os trabalhadores (PIRES, 2002).

Com isso, os retornos salariais relativos à educação também sofrem importantes mudanças. Em 1989, ter o primeiro grau completo aumentava o salário do trabalhador em até 100% relativamente ao indivíduo sem qualquer educação formal, contribuição semelhante à do ensino superior em relação ao ensino médio. Em 2000, a contribuição do primeiro grau completo dificilmente ultrapassa os 90%, enquanto o ensino superior completo chega perto dos 300%. São diversos os fatores que levam a esse quadro (como a perda de importância do setor industrial face ao de comércio e serviços, o caráter mais tecnológico da produção etc.),

mas a tendência que se revela é clara: quando se trata de rendimentos salariais, os primeiros níveis escolares perdem importância, enquanto o ensino superior é cada vez mais valorizado.

Neste quadro, tratar da discriminação por gênero implica a discussão da ascensão educacional efetivada pelas mulheres desde o século passado, qualificada na literatura como a reversão do hiato educacional entre homens e mulheres (ALVES; BELTRÃO, 2004). Tanto a tradição ibérica como o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil país desde a colonização, voltado para o campo e a exportação, moldaram um ambiente no qual havia pouco espaço para a educação formal e, na educação formal, nenhum espaço para as mulheres. O cenário passa a transformar-se rapidamente apenas após a década de 1930, quando o país entra em uma fase de industrialização vertiginosa; ao ensino formal, então, cabe a formação cada vez mais técnica dos quadros necessários à economia nascente, em detrimento da tradicional formação de bacharéis. É justamente nesse período que o aumento dos níveis educacionais das mulheres ganha maior ímpeto e inicia-se de fato o processo de reversão do hiato educacional entre homens e mulheres.

Como não poderia deixar de ser, o movimento começa nos primeiros níveis da educação formal: a igualdade de acesso para o ensino fundamental ocorre para a geração nascida segunda metade da década de 1930; a entrada maciça de mulheres no ensino médio é mais tardia, e apenas nos anos 60 atingem a igualdade de acesso em relação aos homens, mas a partir daí a desigualdade em favor das mulheres acentua-se de maneira mais marcante do que no ensino fundamental. Finalmente, a partir dos anos 70 do século passado, a reversão atinge também o nível superior, e aí se mostra mais forte do que nos outros níveis, uma vez que a desproporção entre homens e mulheres formados, que era de 20 homens para uma mulher nas coortes mais antigas, passou nas mais recentes para duas mulheres para cada homem.

Em termos mais gerais, a evolução se mostra constante e sempre favorável às mulheres: quando se considera anos de estudo, o hiato era, em 1960, de 0,2 anos em favor dos homens, passando para 0,3 em favor das mulheres em 1996. A reversão ocorre nos anos 1980. Considerando a análise por coortes etárias, tem-se que a reversão ocorre para a geração que em 1996 tinha menos de 40 anos; o restante da população ainda apresenta alguma desproporção em favor dos

Os maiores níveis educacionais atingidos pelas mulheres levaram naturalmente a uma maior participação feminina no mercado de trabalho. Guedes (2004) ressalta a importância do

crescimento do contingente feminino possuidor de curso superior como dos principais fatores a aumentar o número de mulheres no mercado, de modo que é entre esta faixa educacional que se encontram as menores diferenças, em termos de participação, entre homens e mulheres. No entanto, é preciso alguma cautela antes de concluir que da vitória feminina no mundo da educação formal naturalmente seguiriam outras vitórias, especialmente no mercado de trabalho.

Antes de abordar a discriminação propriamente dita, há ainda que analisar fatores intrínsecos à própria educação, especialmente a superior, que possivelmente representam entraves a maiores progressos. O principal desses fatores é certamente a distribuição desigual de homens e mulheres nas diversas carreiras universitárias. Desde a infância, passando pela educação familiar e formal, até a escolha de que carreira seguir, os indivíduos passam por uma formação que lhes incute a idéia de papéis sociais adequados a homens e mulheres. Desse modo, as mulheres estariam mais ligadas a atividades relacionadas à emoção, à sensibilidade, e, por seu papel no cuidado do lar e da família, deveriam naturalmente seguir carreiras que possibilitassem o prosseguimento dessas atividades de cunho doméstico em suas vidas profissionais. Daí a predominância feminina em cursos de magistério, assistência social, enfermagem, entre outros. Os homens, por seu turno, seriam “naturalmente” voltados a atividades de desenvolvimento técnico e científico, ou outras de caráter mais prático, e portanto seguiriam para carreiras de maior profissionalização¹².

O viés de gênero na distribuição da escolha das carreiras é perverso, pois de modo geral as carreiras associadas às mulheres apresentam remunerações médias menores do que aquelas dos homens. Isso apenas já seria barreira suficiente para a equalização dos salários entre os gêneros, não houvesse ainda uma questão posterior: e quanto às diferenças salariais entre homens e mulheres em posições e níveis educacionais idênticos?

Black et al. (2004) se põem esta pergunta tratando dos EUA, e encontra que apenas nos anos 1990 o diferencial entre homens e mulheres passa a declinar: entre 1920 e 1980 as mulheres ganhavam em média 35% a 40% menos que os homens para um mesmo trabalho, caindo 10% a partir de 1990. Controlando para características mais detalhadas, tem-se que cerca de um terço dessa diferença não pode ser explicada, ou seja, que se trata de discriminação. Além disso, o resultado se mostra bastante insensível aos níveis educacionais,

¹² GUEDES (2004), op. cit., e também CARVALHO (2006).

o que leva a crer que o tratamento discriminado entre homens e mulheres permeia o mercado de trabalho de modo mais ou menos homogêneo.

No Brasil diversos autores analisam a questão da discriminação salarial no Brasil por meio de dados da PNAD elaborada pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), observando tanto a existência do fenômeno discriminatório, assim como sua redução gradual ao longo dos últimos anos.¹³ Dentre outros, Soares (2000) aplicou extensão da decomposição dos rendimentos proposta por Oaxaca (1973) para analisar o diferencial de salários no Brasil, entre 1987 e 1998, dos homens brancos perante os homens negros e as mulheres brancas e negras.¹⁴ O autor verificou que, *vis-à-vis* os homens brancos, a desigualdade de rendimentos das mulheres brancas se deve apenas à discriminação, enquanto para os homens negros prevalece a sua pior qualificação – fatores pré-mercado. Por sua vez, as mulheres negras enfrentam tanto a discriminação como a menor dotação de fatores produtivos.

Por sua vez, Barros, Franco e Mendonça (2007) encontram que nos anos 2000 a diferença de remuneração chega a 56% entre gêneros. Para raça, a cifra é de 13%, tendo diminuído para 11% em 2005. Controlando para características associadas ao capital humano, essencialmente relativas à educação, os autores concluem que o modelo explica apenas 50% do diferencial de salário. O resultado bastante superior ao encontrado nos EUA, porém, não deve ser tomado sem reservas, uma vez que a pesquisa americana utiliza uma base de dados mais extensa (a National Survey College Graduates, com 214 mil observações) e mais detalhada do que a PNAD no Brasil.

Mais do que isso, os autores encontraram uma tendência de queda tanto na discriminação (dois trabalhadores para uma mesma posição) como na segmentação de mercado (mesmo trabalhador em dois postos diferentes). Entre 2001 e 2005, houve queda de 35% na diferença de remuneração entre gêneros, sendo que 25% coube a uma menor segmentação do mercado e 10% foram contribuição de uma queda na discriminação propriamente dita. No entanto, em outra pesquisa, Pires (2002), que observa também uma redução do diferencial salarial por gênero de modo geral, ressalta que o processo é mais

¹³ Ver, entre outros: Lovell (1992); Wood e Carvalho (1994); Cavalieri e Fernandes (1998); Leme e Wajnman (2000); Carvalho e Barreto (2002).

¹⁴ Com relação à literatura nacional, um conjunto de autores se dedica a analisar a recente queda da desigualdade de rendimentos, como Corseuil (2002); Barros, Foguel e Ulyssea (2006); Ferreira (2006); Hoffmann (2006); Soares (2006); Barros, Franco e Mendonça (2007); Cacciamali e Camillo (2008); entre outros. Contudo, nos centraremos em trabalhos que focam a questão da discriminação no mercado de trabalho.

acentuado nas faixas em que já se apresentava mais brando, ou seja, entre jovens e entre os menos educados; quanto ao nível superior, este apresenta as menores quedas no diferencial de salários ao longo de toda a década de 1990.

Quando se trata especificamente dos ocupados que dispõem de escolaridade de terceiro grau, Guedes e Alves (2004) mostram que a diferença na taxa de participação entre gêneros diminui conforme aumenta o grau de escolaridade das mulheres, de modo que no Censo de 1970, esta diferença para possuidores de nível superior, que era de 16,8%, cai a 7,3% no Censo de 2000, indicando a possibilidade de já no próximo Censo, em 2010, alcançar-se a igualdade na taxa de participação no mercado de trabalho. No entanto, o diferencial de salários com relação ao homem de formação escolar análoga é maior do que aquele verificado para homens e mulheres de formação escolar inferior. Em 2000, a mulher com formação escolar de terceiro grau ganha 59% do que recebe o homem de mesmo nível escolar, enquanto as mulheres de nível escolar equivalente ao ensino fundamental recebem 67% do rendimento dos homens de mesma escolaridade. Apesar de ter ocorrido diminuição do diferencial de salário entre homens e mulheres para todos os estratos educacionais de 1970 a 2000, ela ocorre lentamente, apontando para a grande dificuldade de se superar os padrões culturais patriarcais baseados na desvalorização do trabalho feminino no Brasil. Por outro lado, ao fazer essa mesma comparação entre cursos de graduação de predominância feminina, como Letras e Serviço Social e de predominância masculina, como Medicina e Engenharia, os autores constatarem que, mesmo dentro de cada grupo, os diferenciais de salário se mantêm altos, negando a hipótese de que a segmentação ocupacional seja a maior responsável por estas discrepâncias.

O México, de maneira semelhante ao Brasil, não aplicou políticas de igualdade de oportunidades que reconheçam a discriminação da mulher no mercado de trabalho, apesar da *Ley Federal del Trabajo* de 1º de Julho de 1970 estabelecer que trabalhos iguais devem ter igual remuneração para homens e mulheres (TOLEDO; FLORES; FRANCO, 2002). A década de 1990 marca no México um momento em que os estudos da discriminação e segregação da mulher no mercado de trabalho intensificam-se. A revista mexicana de sociologia e economia, *Problemas del desarrollo*, da *Universidad Nacional Autónoma del México* (UNAM), dedica ao volume 27, de 1996, uma série de artigos relacionadas à situação da mulher.¹⁵

¹⁵ Ver, entre outros, Arriagada (1997); Candia (1993); Girón e Gonzalez (1996).

Os resultados apresentados por estes estudos apontam para uma diminuição do hiato entre sexos maior no Brasil do que no o México na última década. Neste sentido, recente relatório global da OIT sobre a situação dos países-membros no que se refere à discriminação mostra que no Brasil, o salário da mulher, que correspondia a 61% do salário do homem em 1994, passa a 87% em 2004. No México, de 68% passa a corresponder a apenas 78% do salário do homem, no mesmo período (ILO, 2007). Trabalho realizado por Marina Ariza (2006) analisa as tendências de precarização do mercado de trabalho durante a crise econômica por que passou o México entre 2000 e 2003, mostrando que a renda média horária das mulheres como porcentagem da renda média horária masculina flutua entre 80,4% e 96% nas cidades mexicanas com mais de um milhão de habitantes, embora aponte para uma tendência de diminuição da brecha salarial no período. Em 2003 esta chegava a 91,9%. Acompanha esta redução, pelo lado da oferta, a menor fecundidade e a maior escolarização das mulheres, e pelo lado da demanda, o crescimento das ocupações não manuais, particularmente, as atividades ligadas aos serviços. As maiores diferenças salariais são observadas nas empresas consideradas grandes (50 empregados ou mais), e entre os empregados de maior grau na hierarquia de trabalho (trabalhadores não-manuais qualificados). Além disso, a autora aponta que estudos realizados para diferentes anos da década de 1990, período em que houve perda sistemática de salário real, constata maior deterioração relativa dos níveis de renda masculinos do que nos femininos, situação semelhante à apontada acima por Carvalho e Barreto (2002) no caso brasileiro.¹⁶ *

A autora não incorpora no trabalho alguma metodologia que permita decompor os diferenciais de renda numa parcela explicada (diferença de atributos produtivos) e outra não explicada (discriminação salarial). Por este motivo trata estes diferenciais como “provável discriminação salarial” ou “injusta retribuição salarial em relação aos níveis escolares”, e caracteriza os resultados obtidos apenas como uma aproximação indireta à noção de capital humano. Durante o período em questão, 2000 a 2003, o diferencial de salário entre homens e mulheres, que apresentara tendência de diminuição, não mostram mudanças significativas.

Cooper (1999) ressalta que a diminuição da diferenciação de salários entre homens e mulheres no México, com a mulher recebendo cerca de 91% do salário do homem, é resultado da queda drástica dos salários reais e do aumento da pobreza pela qual vem passando esse país. Ressalta também o aproveitamento pelo capital estrangeiro da possibilidade de

¹⁶ De modo geral as políticas neoliberais adotadas pela maioria dos países da América Latina, principalmente a partir do Consenso de Washington em 1989, baseadas numa política monetária restritiva e menor intervenção do estado tiveram impacto negativo sobre o nível de salário real dos trabalhadores.

contratação das mulheres a salários mais baixos. Jasso e Flores (2004) estimam que a taxa de participação feminina no mercado de trabalho em relação à força de trabalho total aumenta 10,3% entre 1990 e 2000 - de 19,6% para 29,9%. Por outro lado, a escolaridade feminina cresce de 3,2% em 1970 a 7,3% em 2000. Diferentemente dos autores pesquisados que tratam de desigualdade de gênero no México principalmente sob a ótica da segregação, Jasso e Flores buscam medir a discriminação aplicando a metodologia Oaxaca-Blinder. Os resultados encontrados mostram que nas áreas urbanas a discriminação é relativamente baixa, embora seja significativa. A brecha de salários se encontra mais pronunciada no setor manufatureiro, com tradicional predominância masculina, e nos serviços, com predomínio feminino. No setor rural, a discriminação contra a mulher é maior. Efetuando controle para a variável *estado civil*, os autores também encontram que a mulher casada é alvo de maior discriminação que a mulher solteira.

Cooper e Gallangos (2003) apontam que as diferenças das rendas medianas por hora, em 1999, nas áreas mais urbanizadas, é ligeiramente maior para homens do que para mulheres, 2,82 pesos mexicanos e 2,42 pesos mexicanos a preços de 1994, respectivamente. Em 2000, segundo os autores, de acordo com a *Encuesta Nacional de Empleo*, a porcentagem de mulheres que recebem um salário mínimo é de 21,4% em contraste com apenas 13,2% no caso dos homens. No extremo oposto da distribuição de renda, dentre os que recebem mais de 10 salários mínimos, 3,7% são homens e somente 1,6% são mulheres.¹⁷

Em suma, a despeito da utilização de diferentes metodologias, evidenciam-se os processos de discriminação e de segregação contra as mulheres no mercado de trabalho no Brasil e no México. A partir desse quadro, fica clara a necessidade de se partir para uma análise das relações existentes entre discriminação, desigualdade e pobreza nos dois países, pois, conforme exposto, os prejuízos da discriminação não se restringem somente ao grupo discriminado, mas redundam em ineficiências e custos sociais. A condição especial da mulher, sistematicamente submetida às piores remunerações e piores condições de trabalho é, portanto, de suma importância para a compreensão da atual situação social e econômica nesses países.

¹⁷ Os autores utilizam como base de dados a *Encuesta de ingresos y gastos de los hogares en México* do ano 2000, do Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA E BASE DE DADOS

As bases de dados utilizadas para o desenvolvimento do estudo são a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD) do Brasil, e a *Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo* (ENOE) do México.

Realizada desde 1967 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a PNAD investiga diversas características socioeconômicas da sociedade, como migração, educação e trabalho. A pesquisa básica da PNAD abrange a população residente em domicílios particulares permanentes e em unidades de habitação em domicílios coletivos. A coleta de informações obedece a uma série de conceitos e definições operacionais, iguais ou assemelhados aos utilizados em várias outras pesquisas domiciliares, inclusive o Censo Demográfico, o que facilita sobremaneira a comparação dos indicadores produzidos por esse tipo de levantamento.

Por sua vez, a ENOE é um instrumento demográfico cuja principal meta é apresentar rotineiramente os perfis de emprego e desemprego da população mexicana. Foi criada em 2005 pelo *Instituto Nacional de Estadística y Geografía de México* (INEGI), em substituição a duas outras pesquisas domiciliares: a *Encuesta Nacional de Empleo Urbano* (ENEU) e a *Encuesta Nacional de Empleo* (ENE). A concepção da ENOE se deve à necessidade de renovação e atualização tanto da informação gerada como dos processos da pesquisa. Ou seja, devido às mudanças conceituais de ocupados e desocupados, a harmonização dos dados entre a ENOE e a ENE-ENEU deve ser feita com ressalvas.

Ambas as pesquisas fornecem as informações necessárias para as estimações dos efeitos da discriminação no mercado de trabalho, contudo, para a análise do fenômeno sobre os trabalhadores do ensino superior propomos dois recortes. O primeiro se refere a selecionar apenas os trabalhadores com grau de escolaridade de Ensino Superior completo. Desse modo são analisados apenas a parcela da população que, em teoria, possui as melhores qualificações e, conseqüentemente, maiores e melhores chances de inserção no mercado de trabalho.

O segundo recorte é mais específico e busca analisar apenas aqueles trabalhadores com educação superior completa mas que também estão trabalhando em ocupações equivalentes. Ou seja, as ocupações que exigem uma formação superior para o exercício da

profissão, como médicos, dentistas, engenheiros, advogados etc. A análise da discriminação parte do pressuposto de que é possível estimar o salário de uma pessoa a partir de suas características pessoais e econômicas. Assim, a base para a estimação da equação salarial segue o modelo da equação de salários apresentada originalmente por Mincer (1974). Segundo o autor é possível estimar os salários de um dado trabalhador por meio de uma equação com o logaritmo do salário/hora como variável dependente, enquanto um conjunto de atributos produtivos são as variáveis independentes. Genericamente, a equação é dada pela expressão:

$$\ln(W_i) = X_i'\beta + \varepsilon_i, \quad i = 1, \dots, n \quad (1)$$

onde W é um vetor que representa o salário-hora do indivíduo, β é o vetor dos coeficientes, X é o vetor de características do indivíduo, e ε os erros. Em nosso modelo, o vetor X é constituído das seguintes variáveis:

- *características pessoais*: anos de estudo, experiência, e sexo;
- *inserção regional*: macrorregiões geográficas;
- *características econômicas*: variáveis binárias representativas dos ramos de atividade e tipos de ocupação.

A descrição do modelo de decomposição salarial a seguir baseia-se no modelo proposto por Ronald Oaxaca (1973).

De início, a existência de discriminação é dada pela seguinte relação:

$$(1) \quad D = \frac{W_m/W_f - (W_m/W_f)^0}{(W_m/W_f)^0},$$

onde o termo W_m/W_f representa a relação entre o salário observado para homens e mulheres e $(W_m/W_f)^0$ é a mesma relação na ausência de qualquer discriminação.

Como o termo $(W_m/W_f)^0$ é desconhecido, a estimação da discriminação é ao mesmo tempo a estimação de tal termo. Assim, na ausência de discriminação, homens e mulheres enfrentam a mesma estrutura salarial, ao passo que a discriminação faz com que as

dotações de capital humano dos homens/brancos sejam sobreavaliadas – ou que as dotações das mulheres/negros sejam subavaliadas. Utilizando o método de mínimos quadrados ordinários (MQO), a estimação do salário é dada por:

$$(2) \quad \ln(W_i) = Z_i' \beta + \mu_i,$$

onde W_i é o salário do i-ésimo trabalhador, Z_i' é um vetor de características individuais para cada trabalhador, β é o coeficiente associado a cada uma dessas características, e μ_i é o termo de erro.

A possibilidade de se decompor os efeitos da discriminação daqueles resultantes de diferentes características pessoais existe supondo-se (1) juntamente com as hipóteses relativas à estrutura de salários face à discriminação. Para isso, é preciso que os salários sejam tomados em forma logarítmica. Pode-se reescrever (1) como:

$$(3) \quad \ln(D+1) = \ln(W_m/W_f) - \ln(W_m/W_f)^p$$

Que seja

$$(4) \quad G = \frac{\overline{W}_m - \overline{W}_f}{\overline{W}_f},$$

Então,

$$(5) \quad \ln(G+1) = \ln(\overline{W}_m) - \ln(\overline{W}_f),$$

onde $\overline{W}_m$ e $\overline{W}_f$ são os salários médios de homens e mulheres, respectivamente. Usando das propriedades dos MQO, pode-se substituir

$$(6) \quad \ln(\overline{W}_m) = \overline{Z}_i' \hat{\beta}_m$$

$$(7) \quad \ln(\overline{W}_f) = \overline{Z}_i' \hat{\beta}_f$$

em (5), de modo a ter:

$$(8) \quad \ln(G+1) = \overline{Z}_i' \hat{\beta}_m - \overline{Z}_i' \hat{\beta}_f$$

Em seguida, tratando a relação dos coeficientes e variáveis agregados e desagregados por gênero por:

$$(9) \quad \Delta \overline{Z} = \overline{Z}_m' - \overline{Z}_f'$$

$$(10) \quad \Delta \hat{\beta} = \hat{\beta}_m - \hat{\beta}_f$$

e substituindo $\hat{\beta}_m = \hat{\beta}_f - \Delta \hat{\beta}$ em (8), tem-se que

$$(11) \quad \ln(G+1) = \overline{Z}_f' \hat{\beta}_f - \overline{Z}_m' \Delta \hat{\beta}$$

Ainda baseando-se em (3) e nas suposições a respeito da estrutura de salários na presença e na ausência de discriminação, pode-se mostrar que:

$$(12) \quad \ln \left(\frac{W_m}{W_f} \right)^0 = \Delta Z' \hat{\beta}_f$$

$$(13) \quad \ln(D+1) = -Z'_m \Delta \hat{\beta}$$

Assim, decompõe-se o diferencial de salários que é explicada pelos efeitos estimados das diferenças nas dotações entre o grupo padrão e o grupo discriminado na expressão (12) e outra, a qual se convencionou associar aos efeitos estimados da discriminação, na expressão (13). Contudo, tal interpretação deve ser vista com ressalvas, uma vez que o referido termo de discriminação engloba uma série de características não observáveis que podem estar ou não relacionadas com a discriminação pura.

3.1 Definição das amostras do estudo

Estabelecemos o modelo de equação salarial log-linear composto pelas variáveis explicativas: idade – *proxy* para a experiência profissional; idade ao quadrado; além de *dummies* para as macrorregiões do Brasil e México; e para as categorias de ocupação, como: i) para o Brasil: *dirigentes; profissionais das ciências e das artes; técnicos de nível médio; trabalhadores de serviços administrativos; trabalhadores dos serviços; vendedores e prestadores de serviço do comércio; e trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção*; e ii) para o México: *profesionales, técnicos y trabajadores del arte; trabajadores de la educación; funcionarios y directivos; oficinistas; trabajadores*

*industriales, artesanos y ayudantes; comerciantes; operadores de transporte; trabajadores en servicios personales; e trabajadores en protección y vigilancia.*¹⁸

Antes de analisarmos os resultados das regressões para o modelo proposto para os trabalhadores com ensino superior completo, primeiramente visamos verificar a significância das variáveis sexo e escolaridade no modelo de equações salariais, a partir dos resultados da regressão para uma amostra ampliada, isto é, desconsiderando apenas a população com menos de 20 anos de idade, os trabalhadores ocupados no setor público, e do ramo de atividade agrícola e de serviços domésticos. Esse primeiro recorte gera uma amostra de 53.684.536 observações no Brasil e de 15.979.692 observações no México.

O próximo passo do modelo é considerar apenas a população com ensino superior completo. Para o caso brasileiro, tal recorte é feito por meio de variável própria da PNAD (v4745), que indica o grau de escolaridade mais elevado alcançado pela pessoa pesquisada. No caso mexicano não existe diretamente tal informação, de modo que foi criada uma rotina para que seja possível construir uma variável compatível.¹⁹ Posto isto, a amostra de trabalhadores com ensino superior é formada por 6.058.234 observação do Brasil, sendo que 3.032.082 são homens e 3.026.152 são mulheres, enquanto no México obtemos 4.877.758 observações, dos quais 2.896.832 são homens e 1.980.926 são mulheres.

Por fim, a amostra dos trabalhadores com ensino superior sofre um novo recorte, dessa vez considerando apenas os trabalhadores nas categorias de dirigentes e de profissionais e técnicos de ensino superior. Tal desagregação é realizada como uma alternativa para se verificar a discriminação entre os trabalhadores que estejam ocupados em postos compatíveis ou “adequados” com suas qualificações. A nova amostra é formada por 4.006.079 observações no Brasil – 2.006.493 homens e 1.999.586 mulheres – 1.811.963 observações no México – 1.120.640 homens e 691.323 mulheres.

¹⁸ As *dummies* “Sudeste” (região geográfica Brasil) e “Oeste” (região geográfica México), assim como as *dummies* “profissionais das ciências e artes” (categoria de ocupação Brasil) e “profesionales, técnicos y trabajadores del arte” (categoria de ocupação México) foram escolhidas como categorias de referência. Os resultados das regressões são apresentados nos Apêndices deste trabalho.

¹⁹ As rotinas utilizadas para a geração da variável grau de escolaridade no México, assim como as rotinas geradas para as regressões do modelo se encontram no Apêndice D.

CAPÍTULO 4

APLICAÇÃO DO MODELO EMPÍRICO

4.1. Resultados das regressões das equações salariais

De acordo com o proposto no capítulo anterior, primeiramente aplicamos o modelo para a amostra ampliada, isto é, para o total da população adulta nos dois países, com o objetivo de verificar a significância do modelo. Conforme os gráficos a seguir, observamos que os resultados obtidos estão de acordo com a teoria, pois é esperada uma relação positiva e decrescente entre salário e experiência.

Assim, no Brasil se verifica que os homens apresentam taxas de retorno a experiência superiores às mulheres, o que não necessariamente se deve à discriminação, pois pode haver outros fatores influenciando este diferencial, por exemplo, habilidades pessoais, categoria de ocupação, região geográfica, entre outros.²⁰ (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Taxa de retornos à experiência. Brasil. População adulta. 2008

Fonte: PNAD 2008. Elaboração própria.

²⁰ As taxas de retorno à *experiência* são obtidas calculando-se a derivada parcial da equação de salários, com relação às respectivas variáveis.

Gráfico 12 – Taxa de retornos à experiência. México. População adulta. 2008

Fonte: ENOE 2008. Elaboração própria.

Por sua vez, os resultados para o caso mexicano mostram que não há diferenciações significativas da taxa de retorno da experiência de homens e mulheres, indicando que, aos menos para esta variável, não há evidências de discriminação por sexo. (Gráfico 12).

Os resultados do retorno dos anos de escolaridade também seguem o proposto pela teoria, no qual se espera uma relação positiva e crescente entre salários. Por sua vez, os retornos da escolaridade segundo o sexo apresentam comportamentos opostos nos dois países em análise. No Brasil os homens apresentam maiores retornos a escolaridade nos menores níveis de educação, sendo superados pela taxa de retorno a educação feminina a partir do ensino fundamental completo (Gráfico 13). Os trabalhadores homens do México se defrontam com menores taxas de retorno a educação perante as mulheres, superando-as apenas a partir do grau de escolaridade superior incompleto. (Gráfico 14).

Gráfico 13 – Taxa de retornos à escolaridade. Brasil. População adulta. 2008

Fonte: PNAD 2008. Elaboração própria.

Gráfico 14 – Taxa de retornos à escolaridade. México. População adulta. 2008

Fonte: ENOE 2008. Elaboração própria.

Esses resultados sugerem que aumentar o grau de escolaridade dos indivíduos é sempre favorável em termos de maior renda do trabalho, no entanto, o quanto a maior

escolarização afeta o rendimento é distinto entre os sexos, de modo que as mulheres brasileiras possuem maior vantagem comparativa em concluir o ensino superior do que os homens, enquanto no México ocorre o inverso.

Posto isto, os resultados preliminares mostram a significância da variável escolaridade para a estimação de um modelo salarial e que seus efeitos sobre os rendimentos são distintos entre os sexos, o que nos fornece indícios para a realização de uma análise mais específica do problema, tratando apenas dos trabalhadores com ensino superior completo.

4.2. Resultados do modelo reduzido

4.2.1. População com ensino superior

Primeiramente, verificamos os retornos a experiência segundo o novo modelo. Como esperado, as taxas de retorno da experiência da população com ensino superior é maior ao observado para o total da população dos dois países. Ademais, igualmente se observa que, no caso brasileiro, os homens possuem taxas de retornos da experiência maiores perante as mulheres (Gráfico 15). Por sua vez, as taxas de retorno para o México mantém sua similaridade entre sexo, apesar de se tornar mais evidente as distinções nos extremos, isto é, com os homens apresentando uma ligeira superioridade da taxa de retorno a experiência entre os mais jovens, e menor na coorte etária mais velha. (Gráfico 16).

Gráfico 15 – Taxa de retornos à experiência. Brasil. População com ensino superior. 2008
 Fonte: PNAD 2008. Elaboração própria.

Gráfico 16 – Taxa de retornos à experiência. México. População com ensino superior. 2008
 Fonte: ENOE 2008. Elaboração própria.

A seguir, o Quadro 1 apresenta a síntese dos efeitos das variáveis *dummies* incorporadas ao modelo de equação salarial referente ao ano de 2008, sendo que os resultados completos constam nos Apêndices.

Quadro 1 – Síntese dos resultados das regressões para as variáveis explicativas binárias. Brasil e México. População com ensino superior. 2008

Variável	Retornos ao rendimento	Brasil		México	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
Região Geográfica	Menor retorno	Nordeste	Nordeste	Sudoeste	Sudoeste
	Maior retorno	Centro-Oeste	Centro-Oeste	Nordeste	Nordeste
Categoria de Ocupação	Menor retorno	Trabalhadores dos serviços	Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	Segurança e vigilância	Operadores de transporte
	Maior retorno	Dirigente	Dirigente	Dirigente	Dirigente

Fonte: PNAD 2008 e ENOE 2008. Elaboração própria.

Para as *dummies* de região geográfica do Brasil, os resultados apontam que os maiores retornos de rendimento de trabalho são dos trabalhadores localizados na região Centro-Oeste, seguidos pelas regiões Sudeste e Sul, enquanto os trabalhadores da região Nordeste auferem os menores retornos de rendimento. Os resultados são válidos tanto para a amostra total, como para as amostras desagregadas por sexo.

Para o México, as *dummies* de região geográfica apontam que os maiores retornos de rendimento do trabalho se observam nas regiões Nordeste, Noroeste e Centro-Sul, todas com coeficientes positivos em relação à região Oeste (no qual se localiza a capital do país, Cidade do México). No outro extremo, as regiões com os menores retornos para a renda do trabalho são o Sudoeste e o Leste. Com relação às regressões efetuadas para as amostras separadas por sexo, os resultados seguem o comportamento observado para a amostra completa.

Assim, os resultados das *dummies* de região geográfica em ambos os países mostram que a localização dos trabalhadores influencia em seu nível de rendimento, e que o padrão regional se mantém para ambos os sexos.

No tocante as *dummies* de categoria de ocupação, os resultados para o caso brasileiro mostram que, independentemente do sexo, os trabalhadores da categoria de dirigentes auferem os maiores retornos salariais, enquanto os técnicos e profissionais de ensino superior apresentam o segundo maior retorno salarial. Por outro lado, os menores retornos segundo as categorias de ocupação se verificam entre os vendedores e prestadores de serviços.

O mesmo padrão de comportamento da *dummy* de categoria de ocupação é observado nos resultados para o México, sem distinção relativa entre homens e mulheres. Os dirigentes auferem retornos salariais superiores aos profissionais e técnicos de ensino superior, sendo que estes, por sua vez, auferem menos que os trabalhadores da educação, que para esta amostra restrita, é formada basicamente por professores universitários. Ademais, os trabalhadores ligados as atividades de comércio e serviços pessoais se defrontam com os menores retornos salariais.

4.2.2. População com ensino superior e ocupada nas categorias de dirigentes e profissionais e técnicos de nível superior

Nesta seção visamos verificar os resultados do modelo entre os trabalhadores ocupados em postos que, a princípio, são compatíveis com sua qualificação. Ao compararmos esses trabalhadores com a parcela da população com ensino superior alocada em qualquer tipo de ocupação, observamos que os retornos da experiência para os trabalhadores “adequados” no Brasil são maiores apenas nas coortes etárias mais novas, enquanto as taxas de retorno convergem entre os trabalhadores mais velhos. (Gráfico 17)

Por sua vez, no México as taxas de retorno a experiência dos trabalhadores “adequados” são sempre menores do que as taxas verificadas para o total da população com ensino superior, independente do sexo. (Gráfico 18).

Gráfico 17 – Taxa de retornos à experiência. México. População com ensino superior e ocupada como dirigente ou profissional/técnico de nível superior. 2008

Fonte: PNAD 2008. Elaboração própria.

Gráfico 18 – Taxa de retornos à experiência. México. População com ensino superior e ocupada como dirigente ou profissional/técnico de nível superior. 2008

Fonte: ENOE 2008. Elaboração própria.

Esses resultados indicam que a experiência profissional afeta distintamente o nível de renda recebida no trabalho. Apesar dos trabalhadores “adequados” auferirem, em média, renda superior aos demais ocupados com ensino superior, a elevação da experiência profissional apresenta, na margem, menores retornos relativos em termos de salários. Ou seja, em ocupações as quais podemos considerar como menos privilegiadas, a experiência é mais relevante para se determinar o nível de renda dos trabalhadores, tanto no Brasil como no México.

No tocante as *dummies* regionais do Brasil, verificamos no Quadro 2 que os trabalhadores “adequados” da região Centro-Oeste permanecem recebendo os maiores retornos da renda do trabalho, seguidos pelos ocupados da região Sudeste e Sul. Por outro lado, os homens da região Norte passam a ocupar o extremo oposto do quadro, auferindo os menores retornos da renda do trabalho. Para as mulheres não há alteração do padrão regional, com a região Nordeste apresentando os menores retornos a renda do trabalho entre os ocupados “adequados”.

Quadro 2 – Síntese dos resultados das regressões para as variáveis explicativas binárias. Brasil e México. População com ensino superior e ocupada como dirigente ou profissional/técnico de nível superior. 2008

Variável	Retornos ao rendimento	Brasil		México	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
Região Geográfica	Menor retorno	Norte	Nordeste	Sudoeste	Sudoeste
	Maior retorno	Centro-Oeste	Centro-Oeste	Nordeste	Nordeste
Categoria de Ocupação	Menor retorno	Profissionais e técnicos de nível superior	Profissionais e técnicos de nível superior	Profissionais e técnicos de nível superior	Profissionais e técnicos de nível superior
	Maior retorno	Dirigente	Dirigente	Dirigente	Dirigente

Fonte: PNAD 2008 e ENOE 2008. Elaboração própria.

Para o caso mexicano, não ocorre alteração significativa nos status das regiões geográficas, de modo que tanto homens como mulheres da região Nordeste recebem os maiores retornos da renda do trabalho, seguidos pela região Noroeste e Sudeste. No outro extremo, os ocupados na região Sudoeste permanecem auferindo os menores retornos.

4.3. Decomposição de Oaxaca-Blinder

Conforme demonstrado no capítulo anterior, a decomposição de Oaxaca-Blinder das regressões salariais nos permite desagregar o hiato salarial entre homens e mulheres em duas parcelas: uma determinada pelas diferenças de fatores produtivos dos trabalhadores e outra por fatores não mensuráveis no modelo, que para o presente estudo consideramos como relacionado a ação do fenômeno da discriminação por sexo no mercado de trabalho.

De modo a facilitar a leitura dessa decomposição, a Tabela 6 mostra a aplicação da metodologia de Oaxaca-Blinder na amostra ampliada para se determinar a composição do diferencial de rendimentos que é devida a diferença de dotações e aquela que advém da parcela não explicada. Os valores foram calculados da seguinte forma:

$$X = \frac{A_1 - A_2}{B - A_2}$$

$$Y = \frac{B - A_1}{B - A_2}$$

onde X representa o percentual devido à discriminação; A_1 é o salário/hora do grupo analisado receberia na ausência de discriminação; A_2 é o salário/hora observado do mesmo grupo; B é salário/hora observado do grupo padrão ou referência – os homens; e Y representa o percentual devido à diferença de fatores.

Tabela 6 – Decomposição de Oaxaca-Blinder. Brasil e México. População adulta. 2008

		Renda/h observado	Renda/h com peso do homem branco	% do hiato devido à discriminação	% do hiato devido à dif. dotações
Brasil	Homem	4,52			
	Mulher	3,77	5,00	163%	-63%
México	Homem	24,09			
	Mulher	19,89	30,66	256%	-156%

Fonte: PNAD 2008 e ENOE 2008. Elaboração própria.

Interpretando os resultados de uma forma corrente, conforme a literatura especializada nos indica, podemos inferir que, caso os atributos das mulheres fossem valorizados similarmente aos do homem isto é, caso não houvesse discriminação no mercado de trabalho, elas deveriam receber salário superior ao deles nos dois países em análise (Tabela 6).

Efetivamente as trabalhadoras brasileiras recebem uma renda/hora média de R\$ 3,77 / h, no entanto, se elas fossem valoradas da mesma forma que os homens, deveriam auferir R\$ 5,00 / h. Ou seja, ao invés de receber uma renda 16,6% inferior aos homens, elas deveriam receber 10,6% a mais. No México o diferencial é ainda maior, de modo que as mulheres deveriam receber um rendimento 27,3% superior aos dos homens de qualificação semelhante.

Os dados vão além, sugerindo que toda diferença na renda do trabalho auferida das mulheres em relação aos homens nos dois países se deve exclusivamente a fatores não mensuráveis do modelo. Ou seja, as mulheres podem apresentar exatamente as mesmas características produtivas dos homens, mas mesmo assim irão receber menor renda. Assim, considerando que homens e mulheres com grau de escolaridade, experiência, localização geográfica e ocupação semelhantes auferem diferentes níveis de rendimento, tal diferencial deve estar profundamente relacionado ao tratamento desigual por sexo, enfim, a pura discriminação das mulheres no mercado de trabalho.

Tais resultados estão de acordo com a literatura, que mostram que o efeito da discriminação por sexo sobre o hiato salarial entre homens e mulheres se sobressai sobre os demais determinantes da renda do trabalho.²¹

Ademais, observa-se que, para o total da amostra dos trabalhadores adultos nos dois países, o grau de discriminação é maior no México do que no Brasil. Todavia, ambos os países apresentam uma parcela de discriminação tão acentuada que maiores comparações se fazem desnecessárias.

Com relação às amostras para os trabalhadores com ensino superior, ambos os países apresentam rendimentos/hora superiores em relação aos resultados da regressão para a amostra ampliada, assim como a redução do grau de discriminação (Tabela 7). Assim, entre os trabalhadores mais qualificados verifica-se que a influência do efeito discriminação é menor se comparado ao total dos trabalhadores, todavia, ainda se mantém como a principal parcela determinante do hiato de renda entre homens e mulheres.

²¹ Ver, entre outros, Cacciamali; Tatei; Rosalino (2009).

**Tabela 7 – Decomposição de Oaxaca-Blinder. Brasil e México.
População com ensino superior. 2008**

		Renda/h observado	Renda/h com peso do homem branco	% do hiato devido à discriminação	% do hiato devido à dif. dotações
Brasil	Homem	14,47			
	Mulher	9,71	13,41	78%	22%
México	Homem	44,06			
	Mulher	39,32	43,64	91%	9%

Fonte: PNAD 2008 e ENOE 2008. Elaboração própria.

Igualmente, observamos que a parcela de discriminação do hiato salarial do México permanece superior ao do Brasil, indicando que, apesar do primeiro país apresentar um diferencial de rendimentos inferior ao do segundo, como visto no capítulo 1, o efeito do fenômeno da discriminação por sexo no mercado de trabalho é mais contundente.

É interessante notar que na parcela da população considerada mais qualificada o termo de discriminação apresente uma significância relativa inferior ao visto para a população total. Dado que estes trabalhadores representam um grupo mais homogêneo, esperava-se que o efeito da discriminação sobre o hiato salarial fosse superior ao observado na população total. Todavia, os resultados do modelo mostram que isto não ocorre.

A seguir, apresentamos a decomposição de Oaxaca-Blinder para a sub-amostra dos trabalhadores com ensino superior, contemplando apenas as categorias de dirigentes e dos profissionais e técnicos de ensino superior (Tabela 8).

Tabela 8 – Decomposição de Oaxaca-Blinder. Brasil e México. População com ensino superior e ocupada como dirigente ou profissional/técnico de nível superior. 2008

		Renda/h observado	Renda/h com peso do homem branco	% do hiato devido à discriminação	% do hiato devido à dif. dotações
Brasil	Homem	18,21			
	Mulher	11,81	16,70	76%	24%
México	Homem	52,90			
	Mulher	44,84	47,73	36%	64%

Fonte: PNAD 2008 e ENOE 2008. Elaboração própria.

Na amostra dos trabalhadores “adequados”, verificamos que a renda/hora auferida por estes é superior ao total de trabalhadores com ensino superior, embora, o peso do grau de discriminação sofre alterações distintas nos dois países. No Brasil não se verifica mudanças

significativas, de modo que a parcela do hiato de renda devido à discriminação é apenas dois pontos percentuais menores do que na amostra do total da população com ensino superior.

Por sua vez, o México apresenta uma acentuada queda dessa parcela, inclusive alcançando nível inferior ao do Brasil. Desse modo, os resultados indicam que, apesar de ainda existir uma parcela de discriminação, entre os trabalhadores “adequados” do México o diferencial de rendimento entre homens e mulheres é explicado principalmente pelas diferenças de fatores produtivos – neste caso, anos de experiência e localização geográfica.

Uma razão para essa distinção entre os países pode ser dada pela composição da categoria de ocupação na população com ensino superior. No Brasil, a maior parte dessa população está alocada como dirigente ou profissional de nível superior (67,6%), enquanto no México essa proporção é de 37,5%. Assim, os resultados obtidos para as amostras dos ocupados “adequados” no Brasil tende a se aproximar dos resultados para a amostra com ensino superior.

Destarte, os resultados da decomposição de Oaxaca-Blinder tornam evidente a posição desfavorável das mulheres perante os homens. Independentemente da ocupação exercida e do grau de qualificação, é elevada a probabilidade das mulheres receberem, em média, renda do trabalho inferior aos dos homens com características produtivas semelhantes, simplesmente devido à discriminação no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo visou mensurar e comparar o grau de discriminação por sexo no mercado de trabalho de dois países da América Latina – Brasil e México – no ano de 2008, sobretudo entre a parcela da população mais escolarizada representada pelos trabalhadores com grau de escolaridade equivalente ao ensino superior completo. Para tanto, utilizamos a metodologia desenvolvida por Oaxaca (1973) e Blinder (1973) para a decomposição do diferencial de renda entre os grupos discriminados – mulheres brasileiras e mexicanas – e o grupo padrão – homens brasileiros e mexicanos – em duas parcelas, uma devida às diferenças nas características pessoais, econômicas e de inserção regional, e a segunda parcela devida à discriminação.

Neste momento, apontamos uma ressalva para a análise da discriminação por meio dessa metodologia. A parcela não explicada referente ao diferencial de salários, que a literatura comumente relaciona à discriminação, na verdade agrega inúmeras características não observáveis. Assim, ao invés do fenômeno da discriminação propriamente dito, os resultados estimados também podem captar características que contribuem para uma maior renda do trabalho, como um treinamento melhor aplicado ou uma habilidade pessoal diferenciada, entre outros. Ou seja, a decomposição de Oaxaca-Blinder é frágil na medida em que não é possível desagregar os efeitos perversos e benéficos das características não observáveis dos trabalhadores. Contudo, como seu próprio nome indica, as características não mensuráveis não podem ser tratadas no modelo, portanto, o presente trabalho considera que o efeito da discriminação é preponderante sobre os demais aspectos.

Posto isto, os resultados obtidos pela aplicação da decomposição de Oaxaca-Blinder corroboram com as evidências são apresentadas por Soares (2000) e Barros, Franco e Mendonça (2007), ou seja, verificamos a presença do componente não explicado do diferencial de salários – que se convencionava associar ao fenômeno da discriminação. Assim, diferenças nos fatores produtivos, pessoais e regionais não são suficientes para explicar o hiato de rendimento do trabalho existente entre os homens e mulheres.

A presente pesquisa avança em dois aspectos. O primeiro é fornecer uma nova perspectiva para os estudos de mercado de trabalho ao apresentar evidências claras que o fenômeno da discriminação afeta de forma distinta os trabalhadores mais qualificados perante

os demais trabalhadores. Desse modo, observamos que para essa parcela específica dos trabalhadores, o hiato salarial entre homens e mulheres tende a aumentar com a elevação dos anos de escolaridade, contudo, o componente da discriminação, segundo as nossas estimativas, é menor quando comparado com o restante da população, sobretudo entre os alocados em ocupações para os quais podemos considerar como compatíveis ao seu nível de instrução.

Isso gera uma situação aparentemente contraditória. Afinal, se o componente de discriminação diminui, porque o hiato salarial aumenta? E devemos dizer que a discriminação é maior ou menor para esses trabalhadores? A resposta depende de quem faz a análise e para qual público se pretende interagir. Em geral, os estudos de discriminação no mercado de trabalho se pautam pela análise do hiato salarial por sexo e, em muitos casos, tal evidência é suficiente para se mostrar a piora nas condições das mulheres com maior qualificação. Todavia, o fenômeno da discriminação se manifesta de forma mais complexa e intrínseca que apenas na renda do trabalho. A decomposição de Oaxaca-Blinder permite uma visão mais apropriada do problema, ao desagregar a parcela do hiato salarial que realmente se deve a um tratamento discriminatório, porém, abarca um aspecto menos tangível e de difícil compreensão para o grande público interessado na questão da discriminação no mercado de trabalho. Isso nos leva para a primeira pergunta, cuja explicação está relacionada com a elevação do peso dos fatores produtivos na determinação da renda, sobretudo da experiência profissional. Assim, a elevação do hiato de renda entre homens e mulheres com ensino superior se deve, principalmente, a maior experiência média dos homens do que pela discriminação das mulheres. Nesse sentido, os resultados indicam que nas ocupações mais qualificadas há um maior grau de conscientização para o tratamento igualitário, ainda que seja incipiente.

O segundo aspecto é a comparação do efeito discriminatório em dois países que, apesar de todas as diferenças culturais, sociais e econômicas, também apresentam diversas semelhanças. Ambos são ex-colônias de países ibéricos, possuem economias emergentes, estrutura produtiva diversificada, forte dependência do comércio exterior, além de sociedades patriarcais, no qual as mulheres se deparam com menores chances no mercado de trabalho. Sob essa perspectiva, observamos que as mulheres estão em posição de desvantagem em ambos os países, mas a forma como elas são afetadas é distinta.

As mulheres brasileiras, em média, são mais independentes e tendem a participar proporcionalmente mais no mercado de trabalho que as mexicanas, no entanto, elas se

defrontam com taxas de desocupação e diferenciais de renda muito superiores as dos homens. Por sua vez, a sociedade mais patriarcal do México relega as mulheres à função de cuidar de suas famílias, porém, a minoria que entra no mercado de trabalho recebe chances semelhantes de obter emprego e de renda auferida *vis-à-vis* os homens. O tratamento mais igualitário para as mulheres mexicanas em relação às brasileiras se acentua entre a parcela da população com ensino superior completo, sobretudo aquelas ocupadas em atividades compatíveis com sua qualificação. De modo geral, podemos dizer que a situação da mulher no México, em termos de participação no mercado de trabalho, é mais difícil; mas aquelas que conseguem se inserir com sucesso dispõem de melhores condições do que seus pares no Brasil.

Especificamente sobre o Brasil, destaca-se que a situação das mulheres apresenta uma tendência favorável nos últimos anos, graças ao avanço dos programas sociais no início do século XXI, que possibilitaram a contínua redução da desigualdade de renda e de melhores condições para os grupos fragilizados da sociedade.²² Estudos feitos por Soares (2000); Biderman e Guimarães (2005); Bohnenberger (2005); Oliveira e Rios-Neto (2006); Cacciamali, Tatei e Rosalino (2009) mostram a redução do hiato salarial entre homens e mulheres no Brasil, entretanto, ainda há muito a se fazer.

Destarte, enfatizamos a importância da promoção de políticas públicas eficazes no combate à discriminação.²³ Como sustentam Rubery *et al* (1999), embora muitos reconheçam a existência da discriminação, a maioria argumenta que ocorre devido a falhas de mercado, podendo ser suprimida por meio de maior flexibilização das relações de trabalho. Porém, para os autores mencionados, essa argumentação não procede, na medida em que a desregulamentação do trabalho, ao contrário, tende a aprofundar o hiato salarial entre homens e mulheres

²² Cacciamali e José-Silva (2008) propõem uma série de ações e políticas públicas de inclusão social, que abarcam as esferas de mercado de trabalho (incentivos a formalização e a livre associação dos trabalhadores, manutenção da política de salário-mínimo, maior representatividade para entidades representativas de movimentos sociais); pequenas e microempresas (capacitação tecnológica para aumento da produtividade do trabalhador), capacitação, mídia (programas de conscientização, valorização e apoio), extensão da jornada escolar; sistema de cotas no ensino superior e técnico; e maior visibilidade e transparências dos programas sociais.

²³ A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em junho de 1998, aprova a Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. São quatro princípios que devem reger os direitos fundamentais do trabalho para todos os países que adotarem a Declaração: i) livre associação e reconhecimento do direito de negociação coletiva; ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; iii) efetiva abolição de trabalho infantil; e iv) eliminação da discriminação com relação ao emprego e à ocupação. Atualmente, dos 181 países membros da OIT, 164 assinaram a convenção de número 100, que visa alcançar a remuneração equitativa entre gêneros, e 111 assinaram a convenção número 111, referente ao combate a todo tipo de discriminação no mercado de trabalho. O Brasil inclui-se na lista dos países que ratificaram as duas convenções e começa a tomar medidas, embora ainda tímidas, no sentido de combater a discriminação.

Assim, para as mulheres, a política deve ser dirigida principalmente para o mercado de trabalho seguindo duas recomendações. A primeira é expandir os serviços educacionais da pré-escola, além da melhoria e extensão da jornada escolar do ensino fundamental e médio. Tais ações resultariam na liberação de maior tempo da mulher para alocar no trabalho, além de garantir uma maior escolarização da população mais jovem. Isso elevará suas oportunidades de inserção aos melhores postos de trabalho e, conseqüentemente, a maiores remunerações. A segunda é ampliar os esforços de conscientização de modo a intervir no quadro dos valores sociais tradicionais, como o preconceito dos empregadores com relação às oportunidades de especialização profissional e acesso aos cargos de maior grau hierárquico.

Por fim, ressaltamos que a questão da discriminação no mercado de trabalho é complexa e a presente pesquisa não tem a pretensão de esgotar o tema, contudo, os esforços de compreensão e combate do fenômeno devem ser contínuos. Assim, de posse dos resultados aqui demonstrados, sugerimos que estudos complementares sejam realizados, tais como o aprofundamento na estimação dos principais determinantes que resultam em distintos graus de discriminação entre os trabalhadores mais e menos escolarizados, bem como a ação do fenômeno em carreiras de qualificações distintas.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz; BELTRÃO, Kaizô Iwakami. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. Trabalho apresentado no *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu-MG, 2004.

ARIZA, Marina. Diferencias salariales entre hombres y mujeres en el México metropolitano. *Trabajo*, Año 2, nº 3, pp. 54-87. Julio-diciembre de 2006 (tercera época).

ARRIAGADA, Irma. The Urban Female Labour Market in Latin America: The Myth and the Reality. *Serie Mujer y Desarrollo*, no.21, ECLAC, Santiago, 1997.

ARROW, Kenneth. Models of job discrimination. In: PASCAL, A. H. (Ed.). *Racial discrimination in economic life*. Lexington, Mass: Lexington Books, p. 83-102, 1972.

_____. The theory of discrimination. In: ASHENFELTER, O.A.; REES, A. (Ed.). *Discrimination in labor markets*. Princeton, N. J.: Princeton University Press, p. 3-33, 1973

BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2006.

_____; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil. *Texto para discussão nº 1288*. IPEA: Rio de Janeiro, 2007.

_____; RAMOS, Lauro; SANTOS, Eleonora. *Gender differences in brazilian labor markets: investment in women's human capital*. Chicago: University of Chicago, 1995. p. 380-425.

BECKER, Gary S. *Economics of discrimination*. Chicago: University of Chicago Press, 1971, p. 153 apud KING, J. E. *Reading in labour economics. Edited reading with commentaries*. New York: Oxford University Press, 1980.

BIDERMAN, Ciro; GUIMARÃES, Nadya Araújo. Desigualdades, discriminação e políticas públicas. Uma análise a partir de setores selecionados da atividade no Brasil. In: Maria Helena Santana Cruz, Amy Adelina Coutinho de Faria Alves. (Org.). *Feminismo, desenvolvimento e direitos humanos*. Aracaju: REDOR/NEPIMG/UFS/FAP-SE, p. 31-60, 2005.

BLACK, Dan; HAVILAND, Amelia; SENDERS, Seth; TAYLOR, Lowell. *Gender wage disparities among the highly educated*. Syracuse University, Department of Economics: workinkg paper 2004-002, abril de 2004.

BLINDER, Alan S. Wage discrimination: reduced form and structural variables. *Journal of Human Resources*, vol.8, n.4, pp.436-455. 1973.

BOHNENBERGER, Roger. *Uma análise regional da discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro – 1999 a 2001*. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresa). Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2005.

CACCIAMALI, Maria Cristina; CAMILLO, Vladimir Sipriano. Redução da Desigualdade da Distribuição de renda entre 2001 e 2006 nas macro-regiões brasileiras: tendência ou fenômeno transitório? In: CACCIAMALI, Maria Cristina; JOSÉ-SILVA, Maria de Fátima (Orgs.). *A Construção da igualdade de gênero e raça na América Latina do século XXI: O caso do Brasil*. São Carlos: Suprema, 2008.

_____; JOSÉ-SILVA, Maria de Fátima (Orgs.). *A Construção da igualdade de gênero e raça na América Latina do século XXI: O caso do Brasil*. São Carlos: Suprema, 2008.

_____; TATEI, Fábio; ROSALINO, Jackson William. Estreitamento dos diferenciais de salários e aumento do grau de discriminação: limitações da mensuração padrão. *Planejamento e Políticas Públicas*, v. 33, p. 195-222, 2009.

CANDIA, José Miguel. Tendencias recientes de la participación laboral femenina em América Latina. *Problemas de Desarrollo*, Vol.XXIV, abril-julio, pp.195-209, 1993.

CARVALHO, Alexandre Pinto de; BARRETO, Roberta Guedes. Diferenciais de Salário: o lugar da mulher no mercado de trabalho. *Anais do XIII Encontro Anual de Estudos Populacionais*. Ouro Preto-MG. Meio digital. 2002.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Gênero e carreiras universitárias: o que mudou? Texto apresentado no *VII Seminário Internacional Fazendo Gênero*. UFSC, agosto de 2006.

CAVALIERI, Claudia; FERNANDES, Reynaldo. Diferenciais de salários por gênero e cor. Uma comparação entre as regiões brasileiras. *Revista de Economia Política*, vol.18, n. 69. 1988.

CEPAL. *Desarrollo productivo en economías abiertas*. Puerto Rico: CEPAL, 2004.

_____. *Panorama Social 2000-2001*, Santiago de Chile, 2001.

COOPER, Jennifer. Flexibilización y feminización de la fuerza de trabajo. *Umbrales, Revista del Postgrado en Ciencias del Desarrollo*, nº 6, pp. 41-51. México. Octubre de 1999.

COOPER, Jennifer; GALLANGOS, Flérída Guzmán (coords.). *Un análisis presupuestario con un enfoque de género*. Universidad Nacional Autónoma de México. 2003.

CORSEUIL, Carlos Henrique (Org.). *Estrutura salarial: aspectos conceituais e novos resultados para o Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

FERREIRA, Francisco. Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. *Econômica*, v.8, no. 1. Rio de Janeiro, 2006.

GIRÓN, Alicia; GONZALEZ, Marín M. Capital financiero, crisis económica y trabajo femenino. *Revista Problemas del Desarrollo (Revista Latinoamericana de Economía)*. Instituto de Investigaciones Económicas, Universidad Nacional Autónoma de México, vol. 27, 1996.

GUEDES, Moema de Castro. O contingente feminino de nível universitário nos últimos 30 anos do século XX: a reversão de um quadro desigual. *Texto apresentado no XIV Congresso de Estudos Populacionais*, Caxambu-MG, 2004.

_____; ALVES, José Eustáquio Diniz. A população feminina no mercado de trabalho entre 1970 - 2000: particularidades do grupo com nível universitário. *Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20-24 de Setembro de 2004.

HOFFMANN, Rodolfo. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil em cinco regiões entre 1997 e 2004. *Econômica*, v. 8, no. 1, pp. 55-81. Rio de Janeiro, 2006.

ILO, Equality at work: Tackling the challenges. *Global Report under the follow-up to the ILO Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work*. International Labour Conference 96th Session 2007. Geneva.

JASSO, Irma Martínez; FLORES, Gloria J. Acevedo. La Brecha Salarial en México con enfoque de género: capital humano, discriminación y selección muestral. *Ciencia UANL*, vol. VII, nº 1, pp. 66-71. México. Enero-marzo 2004.

KLIKSBERG, Bernardo. La discriminación de la mujer em el mundo globalizado y en América Latina: un tema crucial para las políticas públicas. *VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Lisboa, Portugal. 2002.

LEME, Maria Carolina da Silva; WAJNMAN, Simone. Tendências de coorte nos diferenciais de rendimentos por sexo. In: Henriques, R. (Org.) *Desigualdade e pobreza no Brasil*. pp. 251-270, Brasília: IPEA, 2000.

LOVELL, Peggy A. Raça, classe, gênero e discriminação salarial no Brasil. *Estudos Afro-asiáticos*, nº 22, setembro. Rio de Janeiro, 1992.

MINCER, Jacob. The Distribution of Labor Incomes: A Survey with Special Reference to the Human Capital Approach. *Journal of Economic Literature*, VIII, 1-26. Março, 1970.
_____. *Schooling, experience, and earnings*. New York: National Bureau of Economic Research. 1974.

OAXACA, Ronald L. Male-female wage differentials in urban labor markets. *International Economics Review*, vol.14. 1973.

OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo; RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves. Tendências da Desigualdade Salarial para Coortes de Mulheres Brancas e Negras no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 36, n.º 2, p. 205-236, abril-junho 2006.

ROCHA, Romero C. B. da; PERO, Valéria. Discriminação racial e educação no Brasil. *Sinais Sociais*, v.1, nº3, p.122-155. Rio de Janeiro: Abril, 2007.

PHELPS, Edmund S. The statistical theory of racism and sexism. *American Economic Review*, Nashville, n.62, p. 659-661, 1972.

PIRES, Julio Manuel. A evolução nos diferenciais de remuneração no mercado de trabalho formal brasileiro nos anos 1990. Trabalho apresentado na *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, realizado em Ouro Preto – MG, Brasil, de 4 a 8 de novembro de 2002.

RUBERY, Jill; HUMPHRIES, Jane; FAGAN, Colette; GRIMSHAW, Damian; SMITH, Mark. Equal opportunities as a productive factor. *European Work and Employment Centre Manchester School of Management (UMIST)*. European Comission, 1999.

SOARES, Serguei Suarez D. O perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. *Texto para discussão 769*. Brasília: IPEA, 2000.

_____. Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 2004 com Ênfase no Período entre 2001 e 2004. *Texto para Discussão nº1166*. Brasília: Ipea, fevereiro de 2006.

TOLEDO, Enrique de la Garza; FLORES, Sara María Lara; FRANCO, José Luis Torres Franco. Flexibilidad y Empleo femenino en la Industria Manufacturera en México. *Revista Mexicana de Sociología*. México. 2002.

UNCTAD. *Handbook of statistics 2004*. Genebra: ONU, 2004.

WOOD, Charles H.; CARVALHO, José Alberto Magno de. *A demografia da desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

APÊNDICE A – TABELAS AUXILIARES

Nesta seção se encontram os dados utilizados para a análise do capítulo 1, assim como aqueles que serviram de fonte para a construção dos gráficos.

Tabela A1 – Condição de atividade econômica, segundo região geográfica. População adulta. Brasil. 2008.

	Região geográfica	Ocupados	Desocupados	Inativos	Total
Homens	Norte	3.729.386	142.495	544.445	4.416.326
	Nordeste	12.708.587	654.120	2.541.912	15.904.619
	Sudeste	20.692.270	936.682	4.506.281	26.135.233
	Sul	7.436.698	211.906	1.383.789	9.032.393
	Centro-Oeste	3.610.048	147.897	578.040	4.335.985
	Total	48.176.989	2.093.100	9.554.467	59.824.556
Mulheres	Norte	2.431.815	221.807	1.885.762	4.539.384
	Nordeste	9.266.530	904.244	7.369.585	17.540.359
	Sudeste	15.957.533	1.530.286	12.025.708	29.513.527
	Sul	5.982.459	313.345	3.616.349	9.912.153
	Centro-Oeste	2.706.507	256.129	1.735.690	4.698.326
	Total	36.344.844	3.225.811	26.633.094	66.203.749
Total	Norte	6.161.201	364.302	2.430.207	8.955.710
	Nordeste	21.975.117	1.558.364	9.911.497	33.444.978
	Sudeste	36.649.803	2.466.968	16.531.989	55.648.760
	Sul	13.419.157	525.251	5.000.138	18.944.546
	Centro-Oeste	6.316.555	404.026	2.313.730	9.034.311
	Total	84.521.833	5.318.911	36.187.561	126.028.305

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2008.

Tabela A2 – Condição de atividade econômica, segundo região geográfica. População com ensino superior. Brasil. 2008.

	Região geográfica	Ocupados	Desocupados	Inativos	Total
Homens	Norte	186.765	6.461	13.343	206.569
	Nordeste	584.583	17.299	76.494	678.376
	Sudeste	2.373.916	64.304	312.315	2.750.535
	Sul	770.807	19.736	75.519	866.062
	Centro-Oeste	348.869	9.108	30.801	388.778
	Total	4.264.940	116.908	508.472	4.890.320
Mulheres	Norte	252.440	10.934	42.734	306.108
	Nordeste	847.816	39.619	177.451	1.064.886
	Sudeste	2.729.759	131.151	668.306	3.529.216
	Sul	955.434	29.178	194.657	1.179.269
	Centro-Oeste	442.641	28.988	93.147	564.776
	Total	5.228.090	239.870	1.176.295	6.644.255
Total	Norte	439.205	17.395	56.077	512.677
	Nordeste	1.432.399	56.918	253.945	1.743.262
	Sudeste	5.103.675	195.455	980.621	6.279.751
	Sul	1.726.241	48.914	270.176	2.045.331
	Centro-Oeste	791.510	38.096	123.948	953.554
	Total	9.493.030	356.778	1.684.767	11.534.575

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2008.

Tabela A3 – Condição de atividade econômica, segundo coorte etária. População adulta. Brasil. 2008.

	Coorte etária	Ocupados	Desocupados	Inativos	Total
Homens	20 a 24 anos	6.678.578	702.561	973.551	8.354.690
	25 a 29 anos	7.053.526	406.913	460.283	7.920.722
	30 a 39 anos	12.396.221	434.484	670.094	13.500.799
	40 a 49 anos	10.961.888	298.411	825.276	12.085.575
	50 a 59 anos	8.967.282	223.937	2.517.472	11.708.691
	60 anos ou mais	2.119.494	26.794	4.107.791	6.254.079
	Total	48.176.989	2.093.100	9.554.467	59.824.556
Mulheres	20 a 24 anos	4.676.898	949.318	2.580.508	8.206.724
	25 a 29 anos	5.324.317	726.511	2.267.855	8.318.683
	30 a 39 anos	9.901.767	845.038	3.852.517	14.599.322
	40 a 49 anos	8.742.960	478.435	4.070.149	13.291.544
	50 a 59 anos	6.502.073	209.950	6.797.196	13.509.219
	60 anos ou mais	1.196.829	16.559	7.064.869	8.278.257
	Total	36.344.844	3.225.811	26.633.094	66.203.749
Total	20 a 24 anos	11.355.476	1.651.879	3.554.059	16.561.414
	25 a 29 anos	12.377.843	1.133.424	2.728.138	16.239.405
	30 a 39 anos	22.297.988	1.279.522	4.522.611	28.100.121
	40 a 49 anos	19.704.848	776.846	4.895.425	25.377.119
	50 a 59 anos	15.469.355	433.887	9.314.668	25.217.910
	60 anos ou mais	3.316.323	43.353	11.172.660	14.532.336
	Total	84.521.833	5.318.911	36.187.561	126.028.305

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2008.

Tabela A4 – Condição de atividade econômica, segundo coorte etária. População com ensino superior. Brasil. 2008.

	Coorte etária	Ocupados	Desocupados	Inativos	Total
Homens	20 a 24 anos	176.677	16.007	18.909	211.593
	25 a 29 anos	642.123	32.933	25.119	700.175
	30 a 39 anos	1.172.734	28.232	17.947	1.218.913
	40 a 49 anos	1.254.247	18.685	29.132	1.302.064
	50 a 59 anos	878.459	17.386	177.860	1.073.705
	60 anos ou mais	140.700	3.665	239.505	383.870
	Total	4.264.940	116.908	508.472	4.890.320
Mulheres	20 a 24 anos	281.867	41.145	36.793	359.805
	25 a 29 anos	911.235	63.772	93.121	1.068.128
	30 a 39 anos	1.592.124	75.450	132.014	1.799.588
	40 a 49 anos	1.518.242	39.796	225.881	1.783.919
	50 a 59 anos	863.170	19.235	440.249	1.322.654
	60 anos ou mais	61.452	472	248.237	310.161
	Total	5.228.090	239.870	1.176.295	6.644.255
Total	20 a 24 anos	458.544	57.152	55.702	571.398
	25 a 29 anos	1.553.358	96.705	118.240	1.768.303
	30 a 39 anos	2.764.858	103.682	149.961	3.018.501
	40 a 49 anos	2.772.489	58.481	255.013	3.085.983
	50 a 59 anos	1.741.629	36.621	618.109	2.396.359
	60 anos ou mais	202.152	4.137	487.742	694.031
	Total	9.493.030	356.778	1.684.767	11.534.575

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2008.

Tabela A5 – Condição de atividade econômica, segundo posição na família. População adulta. Brasil. 2008.

	Posição na família	Ocupados	Desocupados	Inativos	Total
Homens	Chefe de família	31.392.455	737.596	6.087.653	38.217.704
	Cônjuge	4.385.909	134.879	769.375	5.290.163
	Filho	9.616.144	1.012.240	1.720.842	12.349.226
	Outro parente	2.383.237	183.588	909.236	3.476.061
	Agregado	293.244	18.743	57.193	369.180
	Pensionista ou empregado doméstico	106.000	6.054	10.168	122.222
	Total	48.176.989	2.093.100	9.554.467	59.824.556
Mulheres	Chefe de família	10.234.634	731.949	8.190.858	19.157.441
	Cônjuge	17.712.254	1.199.193	13.344.776	32.256.223
	Filho	6.299.647	1.014.096	2.418.307	9.732.050
	Outro parente	1.689.436	237.892	2.533.070	4.460.398
	Agregado	180.667	39.255	131.351	351.273
	Pensionista ou empregado doméstico	228.206	3.426	14.732	246.364
	Total	36.344.844	3.225.811	26.633.094	66.203.749
Total	Chefe de família	41.627.089	1.469.545	14.278.511	57.375.145
	Cônjuge	22.098.163	1.334.072	14.114.151	37.546.386
	Filho	15.915.791	2.026.336	4.139.149	22.081.276
	Outro parente	4.072.673	421.480	3.442.306	7.936.459
	Agregado	473.911	57.998	188.544	720.453
	Pensionista ou empregado doméstico	334.206	9.480	24.900	368.586
	Total	84.521.833	5.318.911	36.187.561	126.028.305

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2008.

Tabela A6 – Condição de atividade econômica, segundo posição na família. População com ensino superior. Brasil. 2008.

	Posição na família	Ocupados	Desocupados	Inativos	Total
Homens	Chefe de família	2.911.318	45.599	381.759	3.338.676
	Cônjuge	402.266	4.444	46.745	453.455
	Filho	789.918	60.178	57.541	907.637
	Outro parente	123.769	5.371	20.522	149.662
	Agregado	24.391	636	1.905	26.932
	Pensionista ou empregado doméstico	13.278	680	0	13.958
	Total	4.264.940	116.908	508.472	4.890.320
Mulheres	Chefe de família	1.476.487	46.327	421.981	1.944.795
	Cônjuge	2.372.597	73.567	573.213	3.019.377
	Filho	1.182.962	104.200	114.895	1.402.057
	Outro parente	166.466	14.154	61.414	242.034
	Agregado	19.203	1.212	4.155	24.570
	Pensionista ou empregado doméstico	10.375	410	637	11.422
	Total	5.228.090	239.870	1.176.295	6.644.255
Total	Chefe de família	4.387.805	91.926	803.740	5.283.471
	Cônjuge	2.774.863	78.011	619.958	3.472.832
	Filho	1.972.880	164.378	172.436	2.309.694
	Outro parente	290.235	19.525	81.936	391.696
	Agregado	43.594	1.848	6.060	51.502
	Pensionista ou empregado doméstico	47.306	2.180	1.274	50.760
	Total	9.493.030	356.778	1.684.767	11.534.575

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2008.

Tabela A7 – Condição de atividade econômica, segundo grau de escolaridade. População adulta. Brasil. 2008.

	Grau de escolaridade	Ocupados	Desocupados	Inativos	Total
Homens	Sem instrução	4.956.183	162.978	2.379.572	7.498.733
	Fundamental incompleto	16.779.798	584.016	3.890.314	21.254.128
	Fundamental completo	4.985.998	241.825	770.092	5.997.915
	Médio incompleto	2.675.794	171.777	306.085	3.153.656
	Médio completo	12.182.706	675.151	1.337.542	14.195.399
	Superior incompleto	2.160.568	130.172	345.748	2.636.488
	Superior completo	4.264.940	116.908	508.472	4.890.320
	Não determinado	171.002	10.273	16.642	197.917
	Total	48.176.989	2.093.100	9.554.467	59.824.556
Mulheres	Sem instrução	2.681.170	157.441	5.178.026	8.016.637
	Fundamental incompleto	10.419.381	722.213	11.121.805	22.263.399
	Fundamental completo	3.272.440	337.807	2.535.895	6.146.142
	Médio incompleto	1.849.545	288.928	1.136.377	3.274.850
	Médio completo	10.518.953	1.229.764	4.646.829	16.395.546
	Superior incompleto	2.203.564	226.502	750.732	3.180.798
	Superior completo	5.228.090	239.870	1.176.295	6.644.255
	Não determinado	171.701	23.286	87.135	282.122
	Total	36.344.844	3.225.811	26.633.094	66.203.749
Total	Sem instrução	7.637.353	320.419	7.557.598	15.515.370
	Fundamental incompleto	27.199.179	1.306.229	15.012.119	43.517.527
	Fundamental completo	8.258.438	579.632	3.305.987	12.144.057
	Médio incompleto	4.525.339	460.705	1.442.462	6.428.506
	Médio completo	22.701.659	1.904.915	5.984.371	30.590.945
	Superior incompleto	4.364.132	356.674	1.096.480	5.817.286
	Superior completo	9.493.030	356.778	1.684.767	11.534.575
	Não determinado	342.703	33.559	103.777	480.039
	Total	84.521.833	5.318.911	36.187.561	126.028.305

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2008.

Tabela A8 – Condição de atividade econômica, segundo região geográfica. População adulta. México. 2008.

	Região geográfica	Ocupados	Desocupados	Inativos	Total
Homens	Nordeste	2.528.138	89.160	439.684	3.056.982
	Noroeste	3.319.391	126.126	619.724	4.065.241
	Oeste	2.879.807	79.982	486.205	3.445.994
	Leste	3.640.936	115.193	612.467	4.368.596
	Centro-Norte	2.493.937	91.463	458.717	3.044.117
	Centro-Sul	5.962.209	333.118	1.097.552	7.392.879
	Sudeste	1.523.124	39.718	185.430	1.748.272
	Sudoeste	2.368.635	47.911	338.045	2.754.591
	Total	24.716.177	922.671	4.237.824	29.876.672
Mulheres	Nordeste	1.447.222	81.697	1.732.410	3.261.329
	Noroeste	1.892.377	75.427	2.335.830	4.303.634
	Oeste	1.818.645	61.586	2.057.311	3.937.542
	Leste	2.157.456	73.739	3.133.856	5.365.051
	Centro-Norte	1.517.503	63.371	2.111.428	3.692.302
	Centro-Sul	3.834.858	193.404	4.628.714	8.656.976
	Sudeste	851.586	31.918	990.513	1.874.017
	Sudoeste	1.380.377	23.874	1.930.269	3.334.520
	Total	14.900.024	605.016	18.920.331	34.425.371
Total	Nordeste	3.975.360	170.857	2.172.094	6.318.311
	Noroeste	5.211.768	201.553	2.955.554	8.368.875
	Oeste	4.698.452	141.568	2.543.516	7.383.536
	Leste	5.798.392	188.932	3.746.323	9.733.647
	Centro-Norte	4.011.440	154.834	2.570.145	6.736.419
	Centro-Sul	9.797.067	526.522	5.726.266	16.049.855
	Sudeste	2.374.710	71.636	1.175.943	3.622.289
	Sudoeste	3.749.012	71.785	2.268.314	6.089.111
	Total	39.616.201	1.527.687	23.158.155	64.302.043

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Tabela A9 – Condição de atividade econômica, segundo região geográfica. População com ensino superior. México. 2008.

	Região geográfica	Ocupados	Desocupados	Inativos	Total
Homens	Nordeste	588.140	19.886	79.105	687.131
	Noroeste	616.768	26.532	98.813	742.113
	Oeste	501.660	14.751	86.966	603.377
	Leste	506.337	20.617	125.127	652.081
	Centro-Norte	372.847	12.119	73.119	458.085
	Centro-Sul	1.266.841	100.797	269.729	1.637.367
	Sudeste	243.865	8.138	37.004	289.007
	Sudoeste	291.474	11.089	48.095	350.658
	Total	4.387.932	213.929	817.958	5.419.819
Mulheres	Nordeste	351.075	18.152	171.523	540.750
	Noroeste	417.188	21.516	199.810	638.514
	Oeste	352.702	14.237	160.737	527.676
	Leste	407.524	26.704	222.713	656.941
	Centro-Norte	291.119	16.379	132.709	440.207
	Centro-Sul	885.543	50.798	478.062	1.414.403
	Sudeste	160.370	11.239	72.283	243.892
	Sudoeste	215.605	10.247	89.358	315.210
	Total	3.081.126	169.272	1.527.195	4.777.593
Total	Nordeste	939.215	38.038	250.628	1.227.881
	Noroeste	1.033.956	48.048	298.623	1.380.627
	Oeste	854.362	28.988	247.703	1.131.053
	Leste	913.861	47.321	347.840	1.309.022
	Centro-Norte	663.966	28.498	205.828	898.292
	Centro-Sul	2.152.384	151.595	747.791	3.051.770
	Sudeste	404.235	19.377	109.287	532.899
	Sudoeste	507.079	21.336	137.453	665.868
	Total	7.469.058	383.201	2.345.153	10.197.412

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Tabela A10 – Condição de atividade econômica, segundo coorte etária. População adulta. México. 2008.

	Coorte etária	Ocupados	Desocupados	Inativos	Total
Homens	20 a 24 anos	3.174.666	244.892	790.462	4.210.020
	25 a 29 anos	3.264.121	152.306	235.104	3.651.531
	30 a 39 anos	6.612.572	237.779	258.503	7.108.854
	40 a 49 anos	5.539.967	147.235	282.983	5.970.185
	50 a 59 anos	4.663.261	126.906	908.456	5.698.623
	60 anos ou mais	1.461.590	13.553	1.762.316	3.237.459
	Total	24.716.177	922.671	4.237.824	29.876.672
Mulheres	20 a 24 anos	1.948.540	192.390	2.580.606	4.721.536
	25 a 29 anos	2.022.215	118.809	2.049.334	4.190.358
	30 a 39 anos	4.225.649	163.918	3.846.159	8.235.726
	40 a 49 anos	3.715.715	86.655	3.167.627	6.969.997
	50 a 59 anos	2.423.745	39.357	3.971.429	6.434.531
	60 anos ou mais	564.160	3.887	3.305.176	3.873.223
	Total	14.900.024	605.016	18.920.331	34.425.371
Total	20 a 24 anos	5.123.206	437.282	3.371.068	8.931.556
	25 a 29 anos	5.286.336	271.115	2.284.438	7.841.889
	30 a 39 anos	10.838.221	401.697	4.104.662	15.344.580
	40 a 49 anos	9.255.682	233.890	3.450.610	12.940.182
	50 a 59 anos	7.087.006	166.263	4.879.885	12.133.154
	60 anos ou mais	2.025.750	17.440	5.067.492	7.110.682
	Total	39.616.201	1.527.687	23.158.155	64.302.043

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Tabela A11 – Condição de atividade econômica, segundo coorte etária. População com ensino superior. México. 2008.

	Coorte etária	Ocupados	Desocupados	Inativos	Total
Homens	20 a 24 anos	518.926	65.248	454.213	1.038.387
	25 a 29 anos	739.192	49.506	84.079	872.777
	30 a 39 anos	1.168.719	52.283	26.855	1.247.857
	40 a 49 anos	1.081.343	22.049	22.030	1.125.422
	50 a 59 anos	782.616	24.161	113.023	919.800
	60 anos ou mais	97.136	682	117.758	215.576
	Total	4.387.932	213.929	817.958	5.419.819
Mulheres	20 a 24 anos	487.430	66.337	600.060	1.153.827
	25 a 29 anos	658.747	45.083	203.535	907.365
	30 a 39 anos	947.224	37.323	269.157	1.253.704
	40 a 49 anos	714.578	13.891	199.367	927.836
	50 a 59 anos	259.134	5.654	197.194	461.982
	60 anos ou mais	14.013	984	57.882	72.879
	Total	3.081.126	169.272	1.527.195	4.777.593
Total	20 a 24 anos	1.006.356	131.585	1.054.273	2.192.214
	25 a 29 anos	1.397.939	94.589	287.614	1.780.142
	30 a 39 anos	2.115.943	89.606	296.012	2.501.561
	40 a 49 anos	1.795.921	35.940	221.397	2.053.258
	50 a 59 anos	1.041.750	29.815	310.217	1.381.782
	60 anos ou mais	111.149	1.666	175.640	288.455
	Total	7.469.058	383.201	2.345.153	10.197.412

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Tabela A12 – Condição de atividade econômica, segundo posição na família. População adulta. México. 2008.

	Posição na família	Ocupados	Desocupados	Inativos	Total
Homens	Chefe de família	17.359.452	420.613	2.635.068	20.415.133
	Cônjuge	629.923	22.248	101.701	753.872
	Filho	5.026.341	387.004	1.060.696	6.474.041
	Outro parente	1.564.012	86.935	407.696	2.058.643
	Agregado	132.083	5.871	32.663	170.617
	Pensionista ou empregado doméstico	136.449	5.871	32.663	174.983
	Total	24.716.177	922.671	4.237.824	29.876.672
Mulheres	Chefe de família	3.329.155	97.655	2.994.847	6.421.657
	Cônjuge	6.563.593	177.210	11.442.912	18.183.715
	Filho	3.805.027	276.163	2.299.407	6.380.597
	Outro parente	1.008.079	49.675	2.133.034	3.190.788
	Agregado	71.002	3.401	49.136	123.539
	Pensionista ou empregado doméstico	123.168	912	995	125.075
	Total	14.900.024	605.016	18.920.331	34.425.371
Total	Chefe de família	20.688.607	518.268	5.629.915	26.836.790
	Cônjuge	7.193.516	199.458	11.544.613	18.937.587
	Filho	8.831.368	663.167	3.360.103	12.854.638
	Outro parente	2.572.091	136.610	2.540.730	5.249.431
	Agregado	203.085	9.272	81.799	294.156
	Pensionista ou empregado doméstico	259.617	6.783	33.658	300.058
	Total	39.616.201	1.527.687	23.158.155	64.302.043

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Tabela A13 – Condição de atividade econômica, segundo posição na família. População com ensino superior. México. 2008.

	Posição na família	Ocupados	Desocupados	Inativos	Total
Homens	Chefe de família	2.827.828	62.441	263.473	3.153.742
	Cônjuge	83.461	4.360	4.609	92.430
	Filho	1.213.588	127.682	469.910	1.811.180
	Outro parente	217.716	18.409	61.327	297.452
	Agregado	45.339	1.037	18.639	65.015
	Pensionista ou empregado doméstico	0	0	0	0
	Total	4.387.932	213.929	817.958	5.419.819
Mulheres	Chefe de família	490.788	16.500	155.991	663.279
	Cônjuge	1.135.697	35.068	617.023	1.787.788
	Filho	1.240.122	105.513	597.995	1.943.630
	Outro parente	184.585	10.796	128.485	323.866
	Agregado	28.658	1.395	27.536	57.589
	Pensionista ou empregado doméstico	1.276	0	165	1.441
	Total	3.081.126	169.272	1.527.195	4.777.593
Total	Chefe de família	3.318.616	78.941	419.464	3.817.021
	Cônjuge	1.219.158	39.428	621.632	1.880.218
	Filho	2.453.710	233.195	1.067.905	3.754.810
	Outro parente	402.301	29.205	189.812	621.318
	Agregado	73.997	2.432	46.175	122.604
	Pensionista ou empregado doméstico	1.276	0	165	1.441
	Total	7.469.058	383.201	2.345.153	10.197.412

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Tabela A14 – Condição de atividade econômica, segundo grau de escolaridade. População adulta. México. 2008.

	Grau de escolaridade	Ocupados	Desocupados	Inativos	Total
Homens	Analfabeto ou pré-escolar	1.489.161	30.218	672.545	2.191.924
	Primário incompleto	3.444.389	90.280	951.512	4.486.181
	Primário completo	5.470.757	186.717	878.896	6.536.370
	Secundário ou preparatório para bacharelado	9.915.132	401.189	912.259	11.228.580
	Superior	4.387.932	213.929	817.958	5.419.819
	Total	24.716.177	922.671	4.237.824	29.876.672
Mulheres	Analfabeto ou pré-escolar	880.398	10.381	2.598.160	3.488.939
	Primário incompleto	1.677.297	29.667	3.647.363	5.354.327
	Primário completo	2.977.910	96.952	4.958.648	8.033.510
	Secundário ou preparatório para bacharelado	6.278.504	298.744	6.178.203	12.755.451
	Superior	3.081.126	169.272	1.527.195	4.777.593
	Total	14.900.024	605.016	18.920.331	34.425.371
Total	Analfabeto ou pré-escolar	2.369.559	40.599	3.270.705	5.680.863
	Primário incompleto	5.121.686	119.947	4.598.875	9.840.508
	Primário completo	8.448.667	283.669	5.837.544	14.569.880
	Secundário ou preparatório para bacharelado	16.193.636	699.933	7.090.462	23.984.031
	Superior	7.469.058	383.201	2.345.153	10.197.412
	Total	39.616.201	1.527.687	23.158.155	64.302.043

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Tabela A15 – Média de Rendimento do trabalho, renda/hora, idade e anos de escolaridade; por região geográfica. População adulta. Brasil. 2008.

	Região geográfica	Rendimento	Renda/h	Idade	Escolaridade
Homem	Norte	880,91	5,07	39,54	6,61
	Nordeste	675,53	4,11	41,10	5,70
	Sudeste	1.352,95	7,78	42,67	8,03
	Sul	1.299,41	7,29	42,94	7,74
	Centro-Oeste	1.440,32	8,22	41,24	7,36
	Total	1.134,17	6,55	41,96	7,21
Mulher	Norte	596,45	4,18	39,81	7,26
	Nordeste	458,68	3,29	42,42	6,40
	Sudeste	860,18	5,82	44,29	7,99
	Sul	773,20	5,35	44,28	7,78
	Centro-Oeste	909,37	6,05	41,50	7,90
	Total	728,56	5,00	43,29	7,48
Total	Norte	768,37	4,72	39,68	6,94
	Nordeste	583,97	3,76	41,79	6,07
	Sudeste	1.137,76	6,93	43,53	8,01
	Sul	1.064,47	6,42	43,64	7,76
	Centro-Oeste	1.212,37	7,29	41,38	7,64
	Total	959,39	5,88	42,66	7,35

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2008.

Tabela A16 – Média de Rendimento do trabalho, renda/hora e idade; por região geográfica. População com ensino superior. Brasil. 2008.

	Região geográfica	Rendimento	Renda/h	Idade
Homem	Norte	2.985,93	18,14	40,98
	Nordeste	3.176,07	21,06	42,77
	Sudeste	3.681,29	23,18	43,74
	Sul	3.337,50	19,83	42,77
	Centro-Oeste	4.665,87	28,21	41,96
	Total	3.596,83	22,45	43,17
Mulher	Norte	1.765,39	12,01	39,90
	Nordeste	1.711,74	12,32	41,39
	Sudeste	2.103,37	14,40	41,62
	Sul	1.968,95	13,88	40,53
	Centro-Oeste	2.429,73	15,75	39,59
	Total	2.025,02	13,96	41,14
Total	Norte	2.282,39	14,61	40,34
	Nordeste	2.307,94	15,88	41,93
	Sudeste	2.831,97	18,45	42,55
	Sul	2.578,28	16,53	41,48
	Centro-Oeste	3.409,32	21,21	40,56
	Total	2.726,79	17,75	42,00

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2008.

Tabela A17 – Média de Rendimento do trabalho, renda/hora e anos de escolaridade; por coorte etária. População adulta. Brasil. 2008.

	Coorte etária	Rendimento	Renda/h	Escolaridade
Homem	20 a 24 anos	626,83	3,61	9,06
	25 a 29 anos	928,00	5,36	8,82
	30 a 39 anos	1.145,53	6,32	7,71
	40 a 49 anos	1.388,25	7,86	7,25
	50 a 59 anos	1.401,75	8,36	5,97
	60 anos ou mais	923,76	6,81	3,91
	Total	1.134,17	6,55	7,21
Mulher	20 a 24 anos	514,81	3,42	9,83
	25 a 29 anos	701,09	4,60	9,51
	30 a 39 anos	778,06	5,14	8,50
	40 a 49 anos	841,66	5,78	7,72
	50 a 59 anos	752,63	5,49	5,91
	60 anos ou mais	318,51	3,46	3,51
	Total	728,56	5,00	7,48
Total	20 a 24 anos	580,59	3,53	9,44
	25 a 29 anos	830,28	5,03	9,17
	30 a 39 anos	982,32	5,80	8,12
	40 a 49 anos	1.145,16	6,93	7,50
	50 a 59 anos	1.127,80	7,15	5,94
	60 anos ou mais	704,36	5,59	3,69
	Total	959,39	5,88	7,35

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2008.

Tabela A18 – Média de Rendimento do trabalho e renda/hora; por coorte etária. População com ensino superior. Brasil. 2008.

	Coorte etária	Rendimento	Renda/h
Homem	20 a 24 anos	1.447,35	9,50
	25 a 29 anos	2.327,15	15,07
	30 a 39 anos	3.268,54	19,09
	40 a 49 anos	3.776,53	22,73
	50 a 59 anos	4.981,35	32,67
	60 anos ou mais	4.803,84	36,19
	Total	3.596,83	22,45
Mulher	20 a 24 anos	1.196,07	8,02
	25 a 29 anos	1.569,08	10,44
	30 a 39 anos	2.018,37	13,50
	40 a 49 anos	2.201,94	15,14
	50 a 59 anos	2.466,74	17,46
	60 anos ou mais	2.300,18	29,60
	Total	2.025,02	13,96
Total	20 a 24 anos	1.291,65	8,58
	25 a 29 anos	1.880,54	12,34
	30 a 39 anos	2.548,30	15,87
	40 a 49 anos	2.909,31	18,55
	50 a 59 anos	3.722,85	25,06
	60 anos ou mais	4.091,48	34,32
	Total	2.726,79	17,75

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2008.

Tabela A19 – Média de Rendimento do trabalho, renda/hora e idade; por grau de escolaridade. População adulta. Brasil. 2008.

	Grau de escolaridade	Rendimento	Renda/h	Idade
Homem	Sem instrução	405,95	2,39	53,07
	Fundamental incompleto	705,49	3,90	45,20
	Fundamental completo	948,12	5,17	39,60
	Médio incompleto	871,64	4,72	32,56
	Médio completo	1.222,68	6,83	35,88
	Superior incompleto	1.716,82	10,34	32,06
	Superior completo	3.596,83	22,45	43,17
	Total	1.134,17	6,55	41,96
Mulher	Sem instrução	194,28	1,54	58,02
	Fundamental incompleto	327,46	2,39	47,69
	Fundamental completo	496,46	3,32	41,63
	Médio incompleto	489,33	3,21	33,15
	Médio completo	696,97	4,61	36,17
	Superior incompleto	986,86	6,78	30,64
	Superior completo	2.025,02	13,96	41,14
	Total	728,56	5,00	43,29
Total	Sem instrução	331,48	2,09	55,63
	Fundamental incompleto	560,34	3,32	46,47
	Fundamental completo	768,93	4,44	40,63
	Médio incompleto	715,04	4,10	32,86
	Médio completo	978,25	5,80	36,04
	Superior incompleto	1.346,22	8,53	31,28
	Superior completo	2.726,79	17,75	42,00
	Total	959,39	5,88	42,66

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2008.

Tabela A20 – Média de Rendimento do trabalho, renda/hora, idade e anos de escolaridade; por região geográfica. População adulta. México. 2008.

	Região geográfica	Rendimento	Renda/h	Idade	Escolaridade
Homem	Nordeste	4.535,87	32,67	41,90	8,41
	Noroeste	4.354,10	31,72	42,21	7,77
	Oeste	3.516,29	24,70	41,97	7,28
	Leste	2.860,03	18,88	42,86	6,69
	Centro-Norte	2.918,73	19,86	42,44	6,98
	Centro-Sul	3.331,35	21,86	41,75	8,40
	Sudeste	4.034,93	24,88	40,66	7,69
	Sudoeste	2.136,67	14,50	42,86	6,16
	Total	3.435,13	23,41	42,12	7,54
Mulher	Nordeste	1.661,05	28,37	42,90	4,83
	Noroeste	1.712,79	29,57	42,93	4,59
	Oeste	1.324,16	21,44	41,95	4,38
	Leste	982,37	17,99	42,51	3,55
	Centro-Norte	1.055,09	18,96	42,00	3,90
	Centro-Sul	1.309,48	19,93	42,58	4,73
	Sudeste	1.466,22	23,99	40,65	4,31
	Sudoeste	927,63	16,59	42,04	3,15
	Total	1.288,16	21,63	42,35	4,23
Total	Nordeste	3.052,02	31,12	42,42	6,56
	Noroeste	2.995,91	30,95	42,58	6,14
	Oeste	2.347,21	23,45	41,96	5,73
	Leste	1.825,10	18,55	42,67	4,96
	Centro-Norte	1.897,19	19,53	42,20	5,29
	Centro-Sul	2.241,02	21,11	42,20	6,42
	Sudeste	2.706,05	24,56	40,66	5,94
	Sudoeste	1.474,63	15,27	42,41	4,51
	Total	2.285,78	22,74	42,25	5,77

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Tabela A21 – Média de Rendimento do trabalho, renda/hora e idade; por região geográfica. População com ensino superior. México. 2008.

	Região geográfica	Rendimento	Renda/h	Idade
Homem	Nordeste	7.409,48	53,87	38,30
	Noroeste	7.059,01	51,29	37,93
	Oeste	5.464,63	40,49	37,35
	Leste	5.196,38	38,20	36,55
	Centro-Norte	4.821,70	35,08	38,12
	Centro-Sul	5.151,01	37,09	39,06
	Sudeste	7.093,79	46,41	35,96
	Sudoeste	4.480,87	37,09	36,67
	Total	5.771,20	42,13	37,92
Mulher	Nordeste	3.932,36	45,29	35,43
	Noroeste	3.744,66	42,65	33,83
	Oeste	3.214,36	37,79	34,35
	Leste	2.722,88	34,64	33,88
	Centro-Norte	2.772,07	31,28	34,01
	Centro-Sul	2.843,43	31,68	35,23
	Sudeste	3.940,59	45,15	32,57
	Sudoeste	2.971,91	35,47	32,95
	Total	3.169,51	36,66	34,38
Total	Nordeste	5.878,14	50,74	37,04
	Noroeste	5.526,71	47,93	36,04
	Oeste	4.414,68	39,41	35,95
	Leste	3.955,23	36,66	35,21
	Centro-Norte	3.817,47	33,46	36,10
	Centro-Sul	4.082,68	34,92	37,29
	Sudeste	5.651,91	45,93	34,41
	Sudoeste	3.766,78	36,42	34,91
	Total	4.552,85	39,94	36,26

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Tabela A22 – Média de Rendimento do trabalho, renda/hora e anos de escolaridade; por coorte etária. População com adulta. México. 2008.

	Coorte etária	Rendimento	Renda/h	Escolaridade
Homem	20 a 24 anos	2.392,16	17,96	7,97
	25 a 29 anos	3.618,14	22,05	9,41
	30 a 39 anos	4.373,50	25,42	9,09
	40 a 49 anos	4.407,31	26,77	8,66
	50 a 59 anos	3.272,78	23,88	6,20
	60 anos ou mais	1.016,44	15,27	1,80
	Total	3.435,13	23,41	7,54
Mulher	20 a 24 anos	1.092,95	17,53	4,94
	25 a 29 anos	1.551,66	21,58	5,73
	30 a 39 anos	1.608,72	22,77	5,40
	40 a 49 anos	1.727,58	24,41	5,04
	50 a 59 anos	1.010,55	20,44	2,63
	60 anos ou mais	229,94	14,93	0,48
	Total	1.288,16	21,63	4,23
Total	20 a 24 anos	1.705,41	17,80	6,37
	25 a 29 anos	2.513,96	21,87	7,45
	30 a 39 anos	2.889,76	24,39	7,11
	40 a 49 anos	2.964,11	25,83	6,71
	50 a 59 anos	2.073,05	22,71	4,30
	60 anos ou mais	588,00	15,17	1,08
	Total	2.285,78	22,74	5,77

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Tabela A23 – Média de Rendimento do trabalho e renda/hora; por região geográfica. População com ensino superior. México. 2008.

	Coorte etária	Rendimento	Renda/h
Homem	20 a 24 anos	1.820,14	25,80
	25 a 29 anos	4.728,16	31,95
	30 a 39 anos	7.485,89	45,46
	40 a 49 anos	8.099,04	49,59
	50 a 59 anos	6.800,91	48,29
	60 anos ou mais	2.539,25	40,60
	Total	5.771,20	42,13
Mulher	20 a 24 anos	1.382,13	23,89
	25 a 29 anos	3.307,08	30,98
	30 a 39 anos	3.896,42	37,84
	40 a 49 anos	4.241,66	45,22
	50 a 59 anos	3.552,54	48,17
	60 anos ou mais	1.183,05	86,79
	Total	3.169,51	36,66
Total	20 a 24 anos	1.589,66	24,88
	25 a 29 anos	4.004,07	31,50
	30 a 39 anos	5.688,30	42,15
	40 a 49 anos	6.357,44	47,94
	50 a 59 anos	5.714,91	48,26
	60 anos ou mais	2.196,60	46,45
	Total	4.552,85	39,94

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Tabela A24 – Média de Rendimento do trabalho, renda/hora e idade; por grau de escolaridade. População adulta. México. 2008.

	Grau de escolaridade	Rendimento	Renda/h	Idade
Homem	Analfabeto ou pré-escolar	1.277,86	11,60	58,03
	Primário incompleto	1.962,02	15,32	52,87
	Primário completo	2.832,06	18,93	43,33
	Secundário ou preparatório para bacharelado	3.667,95	22,44	36,04
	Superior	5.771,20	42,13	37,92
	Total	3.435,13	23,41	42,12
Mulher	Analfabeto ou pré-escolar	336,77	12,48	58,28
	Primário incompleto	557,34	13,95	51,56
	Primário completo	808,02	16,60	44,02
	Secundário ou preparatório para bacharelado	1.453,54	20,61	36,06
	Superior	3.169,51	36,66	34,38
	Total	1.288,16	21,63	42,35
Total	Analfabeto ou pré-escolar	699,88	11,93	58,18
	Primário incompleto	1.197,71	14,87	52,16
	Primário completo	1.715,96	18,11	43,71
	Secundário ou preparatório para bacharelado	2.490,28	21,74	36,05
	Superior	4.552,85	39,94	36,26
	Total	2.285,78	22,74	42,25

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

APÊNDICE B – RESULTADOS DAS REGRESSÕES NO BRASIL

Tabela B1 – Resultados das regressões por MQO. População adulta. Brasil. 2008.

ln_sal_h	Coef,	Std, Err,	t	P>t	[95% Conf,	Interval]
esc	0,0032693	0,0000855	38,25	0	0,0031018	0,0034368
esc2	0,0044535	5,40E-06	824,64	0	0,0044443	0,0044641
eda	0,0527447	0,0000415	1271,84	0	0,0526635	0,052826
eda2	-0,0004975	4,93E-07	-1009,24	0	-0,0004985	-0,0004966
sexo1	0,307878	0,0001948	1580,56	0	0,3074962	0,3082597
reg1	-0,1902618	0,0003638	-522,93	0	-0,1909749	-0,1895487
reg2	-0,3923865	0,000231	-1698,38	0	-0,3928393	-0,3919337
reg4	0,0023412	0,0002528	9,26	0	0,0018457	0,0028367
reg5	-0,0184216	0,0003493	-52,74	0	-0,0191062	-0,017737
cat_o1	0,1145712	0,0004746	241,43	0	0,1136411	0,1155013
cat_o3	-0,2392252	0,0004612	-518,75	0	-0,240129	-0,2383213
cat_o4	-0,5115723	0,0004535	-1127,98	0	-0,5124612	-0,5106834
cat_o5	-0,6675607	0,0004581	-1457,17	0	-0,6684586	-0,6666628
cat_o6	-0,6002223	0,0004588	-1308,28	0	-0,6011215	-0,5993231
cat_o7	-0,5786744	0,0004371	-1323,94	0	-0,5795311	-0,5778177
_cons	0,1582446	0,0009989	158,42	0	0,1562868	0,1602024

Number of obs = 53684536

F(15,53684520) =

Prob > F = 0,0000

R-squared = 0,4173

Adj R-squared = 0,4173

Root MSE = ,64359

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados PNAD 2008.

Tabela B2 – Resultados das regressões por MQO. População adulta. Brasil. Homens. 2008.

ln_sal_h	Coef,	Std, Err,	t	P>t	[95% Conf,	Interval]
esc	0,01144	0,0001018	112,38	0	0,01124	0,01164
esc2	0,00383	6,64E-06	577,15	0	0,00382	0,00384
eda	0,05555	0,0000508	1093,32	0	0,05545	0,05565
eda2	-0,0005	6,00E-07	-858,71	0	-0,0005	-0,0005
reg1	-0,2032	0,0004353	-466,76	0	-0,204	-0,2023
reg2	-0,3885	0,0002853	-1362	0	-0,3891	-0,388
reg4	0,00137	0,0003143	4,36	0	0,00075	0,00199
reg5	-0,016	0,0004297	-37,13	0	-0,0168	-0,0151
cat_o1	0,05225	0,0006301	82,93	0	0,05102	0,05349
cat_o3	-0,2943	0,0006247	-471,05	0	-0,2955	-0,293
cat_o4	-0,6366	0,0006677	-953,4	0	-0,6379	-0,6353
cat_o5	-0,8335	0,0006343	-1314,2	0	-0,8348	-0,8323
cat_o6	-0,7037	0,0006402	-1099,2	0	-0,7049	-0,7024
cat_o7	-0,6301	0,0005853	-1076,6	0	-0,6313	-0,629
_cons	0,44837	0,0012402	361,54	0	0,44594	0,4508

Number of obs =33458753

F(14,33458738) = ,

Prob > F = 0,0000

R-squared = 0,4318

Adj R-squared = 0,4318

Root MSE = ,62567

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados PNAD 2008.

Tabela B3 – Resultados das regressões por MQO. População adulta. Brasil. Mulheres. 2008.

ln_sal_h	Coef,	Std, Err,	t	P>t	[95% Conf,	Interval]
esc	-0,0077	0,0001581	-48,73	0	-0,008	-0,0074
esc2	0,00531	9,39E-06	565,03	0	0,00529	0,00533
eda	0,04609	0,0000708	650,64	0	0,04595	0,04623
eda2	-0,0004	8,54E-07	-518,41	0	-0,0004	-0,0004
reg1	-0,1641	0,0006458	-254,1	0	-0,1654	-0,1628
reg2	-0,3881	0,0003877	-1000,9	0	-0,3888	-0,3873
reg4	0,00814	0,0004191	19,42	0	0,00732	0,00896
reg5	-0,0253	0,0005888	-42,95	0	-0,0264	-0,0241
cat_o1	0,16383	0,0007423	220,72	0	0,16238	0,16529
cat_o3	-0,1947	0,0006955	-279,94	0	-0,1961	-0,1933
cat_o4	-0,4181	0,0006321	-661,45	0	-0,4193	-0,4169
cat_o5	-0,4947	0,0006741	-733,85	0	-0,496	-0,4934
cat_o6	-0,4997	0,0006674	-748,69	0	-0,501	-0,4984
cat_o7	-0,6348	0,0007016	-904,84	0	-0,6362	-0,6334
cons	0,25954	0,0016609	156,27	0	0,25629	0,2628

Number of obs =20225783

F(14,20225768) = ,

Prob > F = 0,0000

R-squared = 0,3917

Adj R-squared = 0,3917

Root MSE = ,66458

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados PNAD 2008.

Tabela B4 – Resultados das regressões por MQO. População com ensino superior. Brasil. 2008.

ln_sal_h	Coef,	Std, Err,	t	P>t	[95% Conf,	Interval]
eda	0,0467026	0,0001688	276,75	0	0,0463719	0,0470334
eda2	-0,0003439	1,95E-06	-175,95	0	-0,0003477	-0,0003401
sexo1	0,3366321	0,0006289	535,25	0	0,3353994	0,3378648
reg1	-0,201344	0,0017344	-116,09	0	-0,2047434	-0,1979446
reg2	-0,2402007	0,0009368	-256,39	0	-0,2420369	-0,2383645
reg4	-0,0694878	0,0008122	-85,56	0	-0,0710797	-0,067896
reg5	0,0327468	0,0012089	27,09	0	0,0303775	0,0351162
cat_o1	0,0341673	0,0008305	41,14	0	0,0325396	0,0357949
cat_o3	-0,2947039	0,0009801	-300,7	0	-0,2966247	-0,292783
cat_o4	-0,5894812	0,0010498	-561,51	0	-0,5915388	-0,5874236
cat_o5	-0,1056549	0,0021215	-498,03	0	-1,0607070	-0,1052392
cat_o6	-0,7850552	0,001523	-515,47	0	-0,7880402	-0,7820701
cat_o7	-0,9733087	0,0015367	-633,38	0	-0,9763205	-0,9702969
_cons	1,2958190	0,0034711	373,32	0	1,2890160	1,3026230

Number of obs = 6058234

F(13,6058220) = ,

Prob > F = 0,0000

R-squared = 0,2601

Adj R-squared = 0,2601

Root MSE = ,7508

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados PNAD 2008.

Tabela B5 – Resultados das regressões por MQO. População com ensino superior. Brasil. Homens. 2008.

ln_sal_h	Coef,	Std, Err,	t	P>t	[95% Conf,	Interval]
eda	0,0519743	0,0002333	222,77	0	0,051517	0,0524315
eda2	-0,0003705	2,61E-06	-141,67	0	-0,0003756	-0,0003653
reg1	-0,2236627	0,0025311	-88,37	0	-0,2286234	-0,2187019
reg2	-0,2401026	0,0013898	-172,76	0	-0,2428267	-0,2373786
reg4	-0,0914692	0,0011798	-77,53	0	-0,0937815	-0,0891569
reg5	0,0377314	0,0017736	21,27	0	0,0342552	0,0412076
cat_o1	0,0401911	0,0011438	35,14	0	0,0379492	0,0424329
cat_o3	-0,3294397	0,0013578	-242,62	0	-0,3321009	-0,3267784
cat_o4	-0,6362064	0,0018478	-344,31	0	-0,639828	-0,6325849
cat_o5	-1,2296590	0,003194	-384,99	0	-1,2359190	-1,2233980
cat_o6	-0,7638398	0,0022498	-339,51	0	-0,7682493	-0,7594302
cat_o7	-0,9701646	0,0018224	-532,35	0	-0,9737364	-0,9665927
_cons	1,4795350	0,0049336	299,89	0	1,4698650	1,4892050

Number of obs = 3032082

F(12,3032069) =82923,27

Prob > F = 0,0000

R-squared = 0,2471

Adj R-squared = 0,2471

Root MSE = ,76827

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados PNAD 2008.

Tabela B6 – Resultados das regressões por MQO. População com ensino superior. Brasil. Mulheres. 2008.

Ln sal h	Coef,	Std, Err,	t	P>t	[95% Conf,	Interval]
eda	0,053315	0,0002618	203,61	0	0,0528017	0,0538282
eda2	-0,0004725	3,18E-06	-148,82	0	-0,0004788	-0,0004663
reg1	-0,178382	0,0023635	-75,47	0	-0,1830144	-0,1737496
reg2	-0,2365302	0,0012582	-187,99	0	-0,2389963	-0,2340641
reg4	-0,0539385	0,0011135	-48,44	0	-0,0561209	-0,0517561
reg5	0,0227521	0,0016399	13,87	0	0,0195379	0,0259663
cat_o1	0,0194595	0,0012125	16,05	0	0,017083	0,0218359
cat_o3	-0,2433154	0,0014195	-171,4	0	-0,2460976	-0,2405331
cat_o4	-0,5677368	0,0012603	-450,47	0	-0,570207	-0,5652666
cat_o5	-0,8979453	0,0028116	-319,37	0	-0,903456	-0,8924346
cat_o6	-0,8044477	0,0020525	-391,94	0	-0,8084705	-0,8004249
cat_o7	-0,9990633	0,0030731	-325,1	0	-1,005,087	-0,9930401
_cons	1,2296430	0,0051567	238,46	0	1,2195360	1,2397500

Number of obs = 3026152

F(12,3026139) =60963,85

Prob > F = 0,0000

R-squared = 0,1947

Adj R-squared = 0,1947

Root MSE = ,72928

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados PNAD 2008.

Tabela B7 – Resultados das regressões por MQO. População com ensino superior e ocupada como dirigente ou profissional/técnico de nível superior. Brasil. 2008.

ln_sal_h	Coef,	Std, Err,	t	P>t	[95% Conf,	Interval]
eda	0,0548075	2,10E-04	260,85	0	0,0543957	0,0552193
eda2	-0,000422	2,40E-06	-175,59	0	-0,000426	-0,000417
sexo1	0,3601404	0,0007731	465,84	0	0,3586252	0,3616557
reg1	-0,230434	0,0021428	-107,54	0	-0,234634	-0,226234
reg2	-0,225842	0,0011348	-199,01	0	-0,228067	-0,223618
reg4	-0,086137	0,0010138	-84,97	0	-0,088124	-0,08415
reg5	0,0360719	0,0014954	24,12	0	0,033141	0,0390027
cat_o1	0,0265351	0,0008415	31,53	0	0,0248859	0,0281844
cons	1,0995010	0,0043651	251,89	0	1,0909450	1,1080560

Number of obs = 4006079

F(8,4006070) =90762,12

Prob > F = 0,0000

R-squared = 0,1534

Adj R-squared = 0,1534

Root MSE = ,75772

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados PNAD 2008.

Tabela B8 – Resultados das regressões por MQO. População com ensino superior e ocupada como dirigente ou profissional/técnico de nível superior. Brasil. Homens. 2008.

ln_sal_h	Coef,	Std, Err,	t	P>t	[95% Conf,	Interval]
eda	0,0630961	2,82E-04	224,07	0	0,0625442	0,063648
eda2	-0,000476	3,11E-06	-153,03	0	-0,000482	-0,00047
reg1	-0,250325	0,0031147	-80,37	0	-0,25643	-0,24422
reg2	-0,20951	0,0016503	-126,95	0	-0,212745	-0,206276
reg4	-0,142039	0,0014413	-98,55	0	-0,144864	-0,139215
reg5	0,0467096	0,0021224	22,01	0	0,0425497	0,0508695
cat_o1	0,0352623	0,0011345	31,08	0	0,0330388	0,0374858
cons	1,2225490	0,0060168	203,19	0	1,2107560	1,2343420

Number of obs = 2006493

F(7,2006485) =39873,32

Prob > F = 0,0000

R-squared = 0,1221

Adj R-squared = 0,1221

Root MSE = ,76024

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados PNAD 2008.

Tabela B9 – Resultados das regressões por MQO. População com ensino superior e ocupada como dirigente ou profissional/técnico de nível superior. Brasil. Mulheres. 2008.

ln_sal_h	Coef,	Std, Err,	t	P>t	[95% Conf,	Interval]
eda	0,0607132	3,43E-04	176,82	0	0,0600402	0,0613862
eda2	-0,00055	4,13E-06	-133,15	0	-0,000558	-0,000542
reg1	-0,212127	0,0029373	-72,22	0	-0,217884	-0,20637
reg2	-0,238114	0,0015557	-153,06	0	-0,241163	-0,235065
reg4	-0,035886	0,0014202	-25,27	0	-0,038669	-0,033102
reg5	0,0189395	0,0020977	9,03	0	0,014828	0,023051
cat_o1	0,0168723	0,0012509	13,49	0	0,0144205	0,019324
_cons	1,0683190	0,0067868	157,41	0	1,0550170	1,0816210

Number of obs = 1999586
 F(7,1999578) = 19990,44
 Prob > F = 0,0000
 R-squared = 0,0654
 Adj R-squared = 0,0654
 Root MSE = ,75143

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados PNAD 2008.

APÊNDICE C – RESULTADOS DAS REGRESSÕES NO MÉXICO

Tabela C1 – Resultados das regressões por MQO. População adulta. México. 2008.

ln_sal_h	Coef,	Std, Err,	t	P>t	[95% Conf,	Interval]
esc	0,008065	0,000101	79,75	0	0,0078668	0,0082632
esc2	0,0024009	5,29E-06	454,15	0	0,0023906	0,0024113
idad	0,0385113	5,12E-05	752,31	0	0,038411	0,0386117
idad2	-0,0003837	5,91E-07	-648,92	0	-0,0003849	-0,0003825
sexo1	0,1932422	0,000267	723,79	0	0,1927189	0,1937655
reg1	0,0301469	0,0005	60,32	0	0,0291673	0,0311264
reg2	0,0538336	0,000472	113,97	0	0,0529077	0,0547594
reg4	-0,2558953	0,000481	-532,61	0	-0,2568369	-0,2549536
reg5	-0,1207949	0,000524	-230,55	0	-0,1218218	-0,119768
reg6	-0,104647	0,000428	-244,31	0	-0,1054865	-0,1038075
reg7	-0,1540285	0,000584	-263,58	0	-0,1551738	-0,1528831
reg8	-0,3615842	0,000559	-647,41	0	-0,3626789	-0,3604896
cat_o2	0,2349075	0,000776	302,61	0	0,233386	0,2364289
cat_o3	0,3051168	0,000952	320,47	0	0,3032508	0,3069828
cat_o4	-0,1390633	0,000558	-249,37	0	-0,1401562	-0,1379703
cat_o5	-0,307456	0,000527	-583,59	0	-0,3084886	-0,3064234
cat_o6	-0,4642503	0,000537	-864,65	0	-0,4653027	-0,463198
cat_o7	-0,3706336	0,000691	-536,22	0	-0,3719883	-0,3692789
cat_o8	-0,3359254	0,000575	-584,1	0	-0,3370526	-0,3347982
cat_o9	-0,5368986	0,000849	-632,08	0	-0,5385634	-0,5352337
cons	2,1832860	0,001291	1690,58	0	2,1807550	2,1858180

Number of obs	=	26756724
F(20,26756703)	=	
Prob > F	=	0,0000
R-squared	=	0,31
Adj R-squared	=	0,3178
Root MSE	=	,619

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Tabela C2 – Resultados das regressões por MQO. População adulta. México. Homens. 2008.

ln_sal_h	Coef,	Std, Err,	t	P>t	[95% Conf,	Interval]
esc	-0,0060136	0,000128	-47,17	0	-0,0062635	-0,0057637
esc2	0,002964	6,58E-06	450,68	0	0,0029511	0,0029769
idad	0,0382309	6,28E-05	608,58	0	0,0381078	0,0383541
idad2	-0,0003783	7,25E-07	-521,57	0	-0,0003797	-0,0003769
reg1	0,0188657	0,0006	31,42	0	0,017689	0,0200424
reg2	0,0363876	0,000572	63,64	0	0,035267	0,0375083
reg4	-0,2682845	0,000591	-453,98	0	-0,2694427	-0,2671262
reg5	-0,1349532	0,000639	-211,06	0	-0,1362064	-0,1337
reg6	-0,1321754	0,000522	-253,06	0	-0,1331991	-0,1311517
reg7	-0,1655921	0,000708	-233,79	0	-0,1669804	-0,1642039
reg8	-0,3317494	0,000713	-465,19	0	-0,3331471	-0,3303516
cat_o2	0,156275	0,001095	142,66	0	0,1541279	0,158422
cat_o3	0,3090639	0,001087	284,33	0	0,3069334	0,3111944
cat_o4	-0,1649279	0,000715	-230,84	0	-0,1663282	-0,1635276
cat_o5	-0,240941	0,000615	-392	0	-0,2421457	-0,2397363
cat_o6	-0,4383756	0,000663	-661,32	0	-0,4396748	-0,4370764
cat_o7	-0,348683	0,000731	-476,72	0	-0,3501166	-0,3472495
cat_o8	-0,4087251	0,000754	-542,45	0	-0,4102019	-0,4072483
cat_o9	-0,5406886	0,000891	-606,58	0	-0,5424356	-0,5389415
cons	2,4401400	0,00156	1564,23	0	2,4370820	2,4431970

Number of obs =15979692

F(19,15979672) = ,

Prob > F = 0,0000

R-squared = 0,2999

Adj R-squared = 0,2999

Root MSE = ,58321

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Tabela C3 – Resultados das regressões por MQO. População adulta. México. Mulheres. 2008.

ln_sal_h	Coef,	Std, Err,	t	P>t	[95% Conf,	Interval]
esc	0,0224012	0,000164	136,92	0	0,0220805	0,0227219
esc2	0,0018761	8,73E-06	214,93	0	0,001859	0,0018932
idad	0,0379888	8,56E-05	443,94	0	0,0378211	0,0381565
idad2	-0,0003763	9,88E-07	-380,73	0	-0,0003782	-0,0003744
reg1	0,0537846	0,000861	62,48	0	0,0520975	0,0554717
reg2	0,0901575	0,000803	112,23	0	0,088583	0,091732
reg4	-0,2302532	0,000798	-288,72	0	-0,231816	-0,2286901
reg5	-0,0989298	0,000879	-112,6	0	-0,1006517	-0,0972078
reg6	-0,0554311	0,00072	-77,01	0	-0,0568418	-0,0540204
reg7	-0,1233019	0,000991	-124,43	0	-0,1252442	-0,1213597
reg8	-0,3575765	0,00089	-401,58	0	-0,3593217	-0,3558313
cat_o2	0,261154	0,001141	228,9	0	0,2589179	0,2633901
cat_o3	0,3168418	0,00181	175,01	0	0,3132934	0,3203902
cat_o4	-0,1345818	0,000894	-150,54	0	-0,136334	-0,1328297
cat_o5	-0,4759232	0,000964	-493,47	0	-0,4778134	-0,4740329
cat_o6	-0,4915888	0,000905	-543,02	0	-0,4933631	-0,4898145
cat_o7	-0,2466191	0,007054	-34,96	0	-0,2604455	-0,2327926
cat_o8	-0,3078556	0,000943	-326,39	0	-0,3097043	-0,306007
cat_o9	-0,2764059	0,002669	-103,57	0	-0,2816367	-0,2711750
cons	2,1161250	0,002183	969,26	0	2,1118460	2,1204040

Number of obs =10777032

F(19,10777012) = ,

Prob > F = 0,0000

R-squared = 0,3322

Adj R-squared = 0,3322

Root MSE = ,66205

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Tabela C4 – Resultados das regressões por MQO. População com ensino superior. México. 2008.

ln_sal_h	Coef,	Std, Err,	t	P>t	[95% Conf,	Interval]
idad	0,059976	1,68E-04	357,95	0	0,0596476	0,0603044
idad2	-0,0005387	2,07E-06	-260,01	0	-0,0005428	-0,0005347
sexo1	0,1057101	0,000634	166,69	0	0,1044672	0,1069531
reg1	0,1230224	0,001188	103,56	0	0,1206942	0,1253507
reg2	0,0406011	0,001147	35,41	0	0,0383535	0,0428487
reg4	-0,182843	0,001197	-152,76	0	-0,1851889	-0,1804971
reg5	-0,0782858	0,001353	-57,85	0	-0,0809382	-0,0756333
reg6	0,0234558	0,001057	22,2	0	0,0213847	0,0255269
reg7	-0,0369112	0,001473	-25,05	0	-0,0397987	-0,0340237
reg8	-0,2558806	0,001413	-181,12	0	-0,2586496	-0,2531117
cat_o2	0,1787955	0,000964	185,41	0	0,1769055	0,1806855
cat_o3	0,2925853	0,001245	235,01	0	0,2901452	0,2950255
cat_o4	-0,1088724	0,000845	-128,79	0	-0,1105292	-0,1072155
cat_o5	-0,3203176	0,001113	-287,8	0	-0,322499	-0,3181361
cat_o6	-0,4450546	0,001017	-437,5	0	-0,4470484	-0,4430608
cat_o7	-0,6743707	0,002324	-290,19	0	-0,6789255	-0,6698159
cat_o8	-0,5106817	0,001733	-294,61	0	-0,5140792	-0,5072843
cat_o9	-0,6069706	0,002899	-209,35	0	-0,6126531	-0,6012880
cons	2,3838260	0,003318	718,56	0	2,3773240	2,3903280

Number of obs = 4877758

F(18,4877739) =77978,56

Prob > F = 0,0000

R-squared = 0,2235

Adj R-squared = 0,2235

Root MSE = ,65279

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Tabela C5 – Resultados das regressões por MQO. População com ensino superior. México. Homens. 2008.

ln_sal_h	Coef,	Std, Err,	t	P>t	[95% Conf,	Interval]
idad	0,0602941	2,15E-04	280,1	0	0,0598722	0,060716
idad2	-0,0005455	2,60E-06	-209,77	0	-0,0005506	-0,0005404
reg1	0,1662365	0,001577	105,42	0	0,1631459	0,169327
reg2	0,0822992	0,001534	53,67	0	0,0792935	0,0853049
reg4	-0,1486494	0,001626	-91,45	0	-0,1518352	-0,1454635
reg5	-0,0408327	0,001839	-22,2	0	-0,0444373	-0,0372282
reg6	0,0265416	0,001416	18,74	0	0,0237657	0,0293176
reg7	-0,0353567	0,00196	-18,04	0	-0,0391978	-0,0315155
reg8	-0,2630364	0,001911	-137,68	0	-0,266781	-0,2592918
cat_o2	0,1557477	0,001451	107,33	0	0,1529035	0,1585918
cat_o3	0,3091135	0,001546	199,89	0	0,3060826	0,3121444
cat_o4	-0,0831201	0,001196	-69,48	0	-0,0854648	-0,0807753
cat_o5	-0,2968691	0,001284	-231,24	0	-0,2993853	-0,2943528
cat_o6	-0,3980935	0,001355	-293,77	0	-0,4007495	-0,3954375
cat_o7	-0,6562805	0,002436	-269,45	0	-0,6610542	-0,6515067
cat_o8	-0,4800267	0,002361	-203,33	0	-0,4846537	-0,4753997
cat_o9	-0,6708014	0,003278	-204,61	0	-0,6772269	-0,6643759
cons	2,4548660	0,004343	565,32	0	2,4463550	2,4633770

Number of obs = 2896832

F(17,2896814) =45529,19

Prob > F = 0,0000

R-squared = 0,2109

Adj R-squared = 0,2108

Root MSE = ,67422

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Tabela C6 – Resultados das regressões por MQO. População com ensino superior. México. Mulheres. 2008.

ln_sal_h	Coef,	Std, Err,	t	P>t	[95% Conf,	Interval]
idad	0,0569635	0,000285	199,86	0	0,0564049	0,0575221
idad2	-0,0004953	3,71E-06	-133,67	0	-0,0005025	-0,000488
reg1	0,0557445	0,00179	31,14	0	0,0522363	0,0592526
reg2	-0,0196888	0,001707	-11,53	0	-0,0230351	-0,0163424
reg4	-0,2323287	0,001747	-132,96	0	-0,2357535	-0,228904
reg5	-0,1291378	0,001971	-65,52	0	-0,133001	-0,1252746
reg6	0,0201778	0,001568	12,87	0	0,0171044	0,0232511
reg7	-0,0364581	0,002212	-16,49	0	-0,0407925	-0,0321237
reg8	-0,241144	0,002073	-116,34	0	-0,2452066	-0,2370814
cat_o2	0,1854596	0,00127	146,08	0	0,1829713	0,1879479
cat_o3	0,2645467	0,002146	123,27	0	0,2603406	0,2687528
cat_o4	-0,1434399	0,001177	-121,85	0	-0,1457472	-0,1411325
cat_o5	-0,4382465	0,002669	-164,2	0	-0,4434776	-0,4330154
cat_o6	-0,5201884	0,001524	-341,37	0	-0,523175	-0,5172018
cat_o7	-0,8189166	0,032043	-25,56	0	-0,8817202	-0,756113
cat_o8	-0,5617563	0,00252	-222,92	0	-0,5666953	-0,5568172
cat_o9	-0,2186617	0,006863	-31,86	0	-0,2321124	-0,2052110
cons	2,4818650	0,005337	465,04	0	2,4714050	2,4923250

Number of obs = 1980926
 F(17,1980908) =37325,61
 Prob > F = 0,0000
 R-squared = 0,2426
 Adj R-squared = 0,2426
 Root MSE = ,61688

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Tabela C7 – Resultados das regressões por MQO. População com ensino superior e ocupada como dirigente ou profissional/técnico de nível superior. México. 2008.

ln_sal_h	Coef,	Std, Err,	t	P>t	[95% Conf,	Interval]
idad	0,0660659	2,90E-04	227,71	0	0,0654972	0,0666345
idad2	-0,000545	3,53E-06	-154,42	0	-0,000552	-0,000538
sexo1	0,0597173	0,0010409	57,37	0	0,0576771	0,0617574
reg1	0,1943149	0,0019707	98,6	0	0,1904523	0,1981775
reg2	0,0544245	0,0019054	28,56	0	0,05069	0,0581591
reg4	-0,149303	0,0020156	-74,08	0	-0,153254	-0,145353
reg5	-0,043455	0,0022415	-19,39	0	-0,047849	-0,039062
reg6	0,0672953	0,0017061	39,44	0	0,0639513	0,0706392
reg7	-0,033026	0,0024593	-13,43	0	-0,037846	-0,028206
reg8	-0,284559	0,0024589	-115,72	0	-0,289378	-0,279739
cat_o2	0,276092	0,0012959	213,06	0	0,2735522	0,2786319
cons	2,1705640	0,0057646	376,53	0	2,1592660	2,1818630

Number of obs = 1811963

F(11,1811951) =39000,73

Prob > F = 0,0000

R-squared = 0,1914

Adj R-squared = 0,1914

Root MSE = ,66879

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Tabela C8 – Resultados das regressões por MQO. População com ensino superior e ocupada como dirigente ou profissional/técnico de nível superior. México. Homens. 2008.

ln_sal_h	Coef,	Std, Err,	t	P>t	[95% Conf,	Interval]
idad	0,0669527	3,78E-04	176,96	0	0,0662112	0,0676943
idad2	-0,000565	4,51E-06	-125,4	0	-0,000574	-0,000556
reg1	0,2651509	0,0025677	103,26	0	0,2601184	0,2701835
reg2	0,1104975	0,0024759	44,63	0	0,1056448	0,1153503
reg4	-0,112354	0,0027101	-41,46	0	-0,117666	-0,107043
reg5	0,0054563	0,0029934	1,82	0,07	-0,000411	0,0113232
reg6	0,0671021	0,0022114	30,34	0	0,0627679	0,0714363
reg7	-0,005764	0,0031706	-1,82	0,07	-0,011978	0,0004504
reg8	-0,278927	0,0032081	-86,94	0	-0,285215	-0,272639
cat_o2	0,2879112	0,001608	179,05	0	0,2847595	0,2910629
cons	2,1979960	0,0076261	288,22	0	2,1830490	2,2129430

Number of obs = 1120640

F(10,1120629) =24284,10

Prob > F = 0,0000

R-squared = 0,1781

Adj R-squared = 0,1781

Root MSE = ,69025

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

Tabela C9 – Resultados das regressões por MQO. População com ensino superior e ocupada como dirigente ou profissional/técnico de nível superior. México. Mulheres. 2008.

ln_sal_h	Coef,	Std, Err,	t	P>t	[95% Conf,	Interval]
idad	0,059225	0,0004726	125,32	0	0,0582988	0,0601513
idad2	-0,00044	6,04E-06	-72,85	0	-0,000452	-0,000428
reg1	0,076143	0,0030393	25,05	0	0,070186	0,0821
reg2	-0,036919	0,0029558	-12,49	0	-0,042712	-0,031126
reg4	-0,205381	0,0029805	-68,91	0	-0,211223	-0,199539
reg5	-0,115155	0,003338	-34,5	0	-0,121697	-0,108613
reg6	0,0692703	0,0026562	26,08	0	0,0640643	0,0744763
reg7	-0,078996	0,0038675	-20,43	0	-0,086577	-0,071416
reg8	-0,293601	0,0037863	-77,54	0	-0,301022	-0,28618
cat_o2	0,2514121	0,002212	113,66	0	0,2470766	0,2557475
cons	2,3199990	0,0089508	259,19	0	2,3024560	2,3375420

Number of obs = 691323

F(10,691312) =16958,00

Prob > F = 0,0000

R-squared = 0,1970

Adj R-squared = 0,1970

Root MSE = ,62939

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da ENOE 2008.

APÊNDICE D – ROTINA PARA GERAÇÃO DA AMOSTRA DAS PESSOAS COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO NO MÉXICO

A ENOE não fornece diretamente a informação acerca da população com grau de escolaridade superior completo, portanto, é preciso gerar uma variável equivalente a partir das demais informações existentes no banco. A construção dessa variável é baseada nas informações e classificações, contidas nos documentos *Reconstrucción de variables* e *Clasificación de Carreras*, divulgado pelo INEGI.

A seguir é apresentada a rotina para a geração da nova variável de grau de escolaridade (v4745) por meio do pacote estatístico SPSS.

```
RECODE cs_p13_2 (0 thru 2 = 1) (3 = 0) (4 thru 9 = 1) into csp132_t .
EXECUTE .
```

* Primaria incompleta .

```
IF (cs_p13_1 = 00)
v4745 = 1
```

```
IF ((cs_p13_1 = 01) & (cs_p13_2=0))
v4745 = 1
```

```
IF ((cs_p13_1 = 01) & (cs_p13_2=1))
v4745 = 1
```

```
IF ((cs_p13_1 = 01) & (cs_p13_2=2))
v4745 = 1
```

```
IF ((cs_p13_1 = 01) & (cs_p13_2=3))
v4745 = 1
```

* Primaria completa .

```
IF ((cs_p13_1 = 02) & (cs_p13_2=0))
v4745 = 2
```

```
IF ((cs_p13_1 = 02) & (cs_p13_2=1))
v4745 = 2
```

```
IF ((cs_p13_1 = 02) & (cs_p13_2=2))
v4745 = 2
```

```
IF ((cs_p13_1 = 02) & (cs_p13_2=3))
v4745 = 2
```


IF ((cs_p13_1 = 02) & (cs_p13_2=4))
v4745 = 2

IF ((cs_p13_1 = 02) & (cs_p13_2=5))
v4745 = 2

IF ((cs_p13_1 = 02) & (cs_p13_2=9))
v4745 = 2

* Primaria completa .

IF ((cs_p13_1 = 02) & (cs_p13_2 = 6))
v4745 = 3

IF ((cs_p13_1 = 03) & (csp132_t = 1))
v4745 = 3

IF ((cs_p13_1 = 05 & cs_p15 = 1))
v4745 = 3

IF ((cs_p13_1 = 06 & cs_p15 = 1))
v4745 = 3

* Secundaria, Preparatoria o bachillerato .

IF ((cs_p13_1 = 03) & (cs_p13_2 = 3))
v4745 = 4

IF (cs_p13_1 = 04)
v4745 = 4

IF ((cs_p13_1 = 05) & (cs_p15 = 2))
v4745 = 4

IF ((cs_p13_1 = 06) & (cs_p15 = 2))
v4745 = 4

IF ((cs_p13_1 = 07) & (an_sup = 0))
v4745 = 4

* nivel medio superior o superior .

IF ((cs_p13_1 = 05) & (cs_p15 = 3))
v4745 = 5

IF ((cs_p13_1 = 06) & (cs_p15 = 3))
v4745 = 5

IF ((cs_p13_1 = 07) & (an_sup = 1))
v4745 = 5

IF (cs_p13_1 = 08)
v4745 = 5

IF (cs_p13_1 = 09)
v4745 = 5

* no especificado .

IF (cs_p13_1 = 99)
v4745 = 8

IF ((cs_p13_1 = 05) & (cs_p15 = 9))
v4745 = 8

IF ((cs_p13_1 = 06) & (cs_p15 = 9))
v4745 = 8

EXECUTE.